



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JADIEL LUCAS ALVES DE ANDRADE

**A ÁREA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE – PB: POR UMA GEOGRAFIA DAS
FORMAS/CONTEÚDO**

**CAMPINA GRANDE-PB
2020**

JADIEL LUCAS ALVES DE ANDRADE

**A ÁREA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE – PB: POR UMA GEOGRAFIA DAS
FORMAS/CONTEÚDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Área de concentração: Geografia Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa.

**CAMPINA GRANDE-PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A553a Andrade, Jadiel Lucas Alves de.

A área central de Campina Grande - PB [manuscrito] : por uma geografia das formas/conteúdo / Jadiel Lucas Alves de Andrade. - 2020.

79 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2020.

"Orientação : Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa, Departamento de História e Geografia - CEDUC."

1. Área central. 2. Refuncionalização. 3. Espaço. 4. Campina Grande - Paraíba. I. Título

21. ed. CDD 711

JADIEL LUCAS ALVES DE ANDRADE

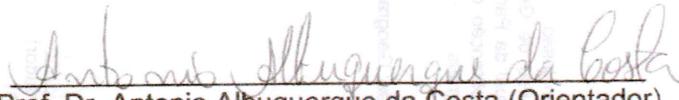
A ÁREA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE – PB: POR UMA GEOGRAFIA DAS
FORMAS/CONTEÚDO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

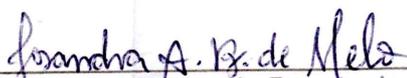
Área de concentração: Geografia Urbana.

Aprovada em: 03/12/2020

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico aos meus pais, os melhores professores, que com seu jeito sereno me ensinaram muito sobre a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força que tem me dado e por zelar nossa antiga amizade. Agradeço também a minha família, aos meus pais seu José e dona Graça por sempre acreditarem na emancipação social pelas vias da educação e, aos meus irmãos Jordana, Jucelio, Denis e Lindaci pelas cobranças e incentivo em muitos momentos de minha caminhada. À Rafaela, paciente companheira, pela compreensão de minhas ausências no desenvolvimento desta monografia e pelo carinho. À Maria de Fátima por todas as orientações que me deu no início de minha vida acadêmica.

À Universidade Estadual da Paraíba e ao corpo docente do curso de Geografia que oportunizaram caminhos até então estranhos à minha realidade.

Meus agradecimentos ao Grupo de Estudos Sobre o Urbano (GEUR) na pessoa do Professor Dr. Arthur Tavares Valverde que tanto contribuiu em minha trajetória na graduação com aprofundamento das leituras, virtuosas discussões e direcionamentos. A você e ao grupo tenho eterna gratidão, respeito e admiração, obrigado por tanto.

Meu muito obrigado a Wagner Cabral, Gabriel Madureira, Natan Cordeiro, Ramon Marinho e Yuri Gomes pelas leituras, questionamentos e reflexões que mantivemos ao longo do curso.

Ao meu orientador Antonio Albuquerque por compartilhar comigo tamanha experiência e conhecimento teórico-metodológico e, por me fazer enxergar o mundo pela geografia, por sempre estar disposto a refletir comigo sobre minhas inquietações nos temas urbanos e epistemológicos à Geografia. Agradeço também pelas inspiradoras reflexões sobre a vida e sobre relações humanas solidárias em um mundo onde a competição é normatizada. Obrigado, muito obrigado!

Por fim, meu muitíssimo obrigado à minha turma; Esdras, Marcelo, Adriano, Andreza, Anna, Carlos, Claudiane, Danilo, Edvanyo, Ingrid, Janiery, Sales, Luan, Raone, Rodrigo, Ronaldo, Kaio, Taís, Valdir, Vanessa Santos, Vanessa Barbosa, Wagner Bezerra, Ricardo, Luendrio, Clara e Rogério, por tamanho carinho, por criarem o sentimento de que a vida é muito mais sobre cooperar do que competir. Obrigado pelos bons momentos, pelos instantes de descontração, pela ajuda mútua, pela amizade. Vocês significam muito.

“Cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo” (SANTOS, 2008, p. 120).

ANDRADE, Jadiel Lucas Alves de. **A ÁREA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE-PB: POR UMA GEOGRAFIA DAS FORMAS/CONTEÚDO.**2020. 79p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande. 2020.

RESUMO

Pensar o espaço a partir da ótica materialista, histórica e dialética, implica necessariamente considerar o interminável movimento de sucessão e acumulação das formas/conteúdo no ecúmeno, é este o fundamento que dá sentido a geografia. A partir deste pressuposto nos debruçamos nesta monografia, à reflexão da natureza da produção do espaço na área central de Campina Grande – PB. O objetivo principal se traduz no esforço de compreender a lógica do uso do solo na zona periférica ao núcleo central, onde, o espraiamento das atividades do setor terciário exige a refuncionalização dos resquícios residenciais, incorporando-os ao centro de gravidade. Partindo da realidade concreta, a logicidade mercadológica – expressa pela expansão do consumo e generalização da mercadoria – além de provocar reorganizações funcionais impõe modernizações tecnológicas, novos valores sistêmicos à totalidade da área central, e, condiciona sua expansão territorial e de sua centralidade. Para melhor compreender a (re)produção do espaço de nosso tempo, apresentamos a conformação da área central à luz do seu desenvolvimento histórico considerando as sucessivas lógicas dos sistemas de ações e suas implicações espaciais. Com base nos resultados alcançados, o processo de centralização ocorreu com a emergência de objetos técnicos da economia algodoeira e, a metamorfose da função residencial para comercial/serviços desenrolou-se em um meio técnico, científico-informacional. De modo geral, o processo de refuncionalização que incide sobre o conjunto de objetos residenciais se desenvolve em três estágios até que as formas alcancem uma essência inteiramente estranha à moradia e cada vez mais inserida à racionalidade da mercantilização do espaço.

Palavras-Chave: Área central. Formas/conteúdo. Refuncionalização. Campina Grande.

ANDRADE, Jadiel Lucas Alves de. **THE CENTRAL AREA OF CAMPINA GRANDE-PB: FOR A GEOGRAPHY OF FORMS / CONTENT.**2020. 79p. Course Conclusion Paper (Degree in Geography). State University of Paraíba. Campina Grande. 2020.

ABSTRACT

Thinking about space from a materialist, historical and dialectical point of view, necessarily implies considering the endless movement of succession and accumulation of forms / content in the ecumene, this is the foundation that makes sense of geography. Based on this assumption, we focus on this monograph, reflecting on the nature of the production of space in the central area of Campina Grande - PB. The main objective translates into the effort to understand the logic of land use in the area peripheral to the central nucleus, where the spread of activities in the tertiary sector requires the refunctionalization of residential remains, incorporating them into the center of gravity. Starting from the concrete reality, the marketing logic - expressed by the expansion of consumption and generalization of the merchandise - besides provoking functional reorganizations, imposes technological modernizations, new systemic values to the totality of the central area, and, conditions its territorial expansion and its centrality. In order to better understand the (re) production of the space of our time, we present the conformation of the central area in light of its historical development considering the successive logics of the action systems and their spatial implications. Based on the results achieved, the centralization process occurred with the emergence of technical objects from the cotton economy, and the metamorphosis of the residential function to commercial / services took place in a technical, scientific-informational environment. In general, the refunctionalization process that affects the set of residential objects develops in three stages until the shapes reach an essence entirely foreign to the home and increasingly inserted into the rationality of the commercialization of space.

Keywords: Central area. Forms/content. Refunctionalization. Campina Grande.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	MÉTODO: ESPAÇO, TEMPO E TOTALIDADE	18
3	A CONSTITUIÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE – PB ...	22
3.1	A formação sócio-espacial de Campina Grande	22
3.2	A instalação do meio técnico e o processo de centralização	34
4	ESTRUTURA ESPACIAL E A ÁREA CENTRAL	43
4.1	A área central como totalidade	49
5	A REFUNCIONALIZAÇÃO DAS ARTÉRIAS DA ÁREA CENTRAL.....	51
5.1	Ruas ao Norte da Av. Floriano Peixoto	53
5.1.1	<i>Rua Barão do Abiaí</i>	53
5.1.2	<i>Rua Epitácio Pessoa</i>	54
5.1.3	<i>Avenida Getúlio Vargas</i>	57
5.2	Ruas ao Sul da Av. Floriano Peixoto	60
5.2.1	<i>Rua Afonso Campos</i>	60
5.2.2	<i>Rua Irineu Joffily</i>	63
5.2.3	<i>Rua Tiradentes</i>	64
5.2.4	<i>Rua Miguel Couto</i>	65
5.2.5	<i>Rua Treze de Maio</i>	67
5.2.6	<i>Rua Cel. João Lourenço Porto</i>	70
5.3	A generalização da refuncionalização: o que o quantitativo quer dizer? ...	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
7	REFERÊNCIAS.....	81

1. INTRODUÇÃO

O título deste trabalho, bem como o corpo teórico e metodológico, é de inspiração miltoniana. Além de um esforço reflexivo sobre a natureza da produção do espaço na área central da cidade de Campina Grande-PB, nos debruçamos aqui, por necessidade ontológica, à tentativa de compreensão e operacionalização da proposta espacial em Milton Santos, onde, no intenso movimento do mundo visualizamos a interminável sucessão de formas conteúdo no espaço habitado. Dessa forma o leitor encontrará amíúde considerações, reflexões e citações da proposta de Santos onde tentamos apresentar o espaço como uma instância da sociedade e não apenas como um receptáculo material onde os fenômenos ocorrem.

Nesta monografia, investigamos a manifestação do urbano em um recorte muito bem delimitado; a área central em uma cidade média no agreste paraibano. A nossa preocupação aponta para a compreensão da formação, expansão e reorganização da área central a partir da refuncionalização das principais artérias que ligam o centro à totalidade da urbe. Esta refuncionalização se traduz na alteração da lógica de uso do conjunto de objetos residenciais, que, pela generalização mercadológica e expansão do consumo passam a acolher funções e conteúdos ligados ao comércio e à oferta de serviços. Buscamos ainda, entender como as partes integrantes desta totalidade espacial se relacionam e são condicionadas pela lógica do sistema de ações do nosso tempo sem negligenciar os sucessivos sistemas técnicos e temporais pretéritos que foram se acumulando no território campinense e conseqüentemente provocaram implicações na produção espacial do nosso objeto e estudo.

É preciso sublinhar que o nosso objeto de estudo; a área central abrange um perímetro distinto – menor – que o bairro Centro estabelecido pelo poder municipal. Contudo, para fins didáticos utilizaremos por vezes o termo “centro” como sinônimo da área central, nesse caso nos referimos ao conjunto CBD + zona periférica (na literatura anglo-saxã, denominada de *Core e Frame*) e não ao bairro.

Para delimitarmos o objeto utilizamos – à realidade campinense – as proposições do Geógrafo Roberto Lobato Corrêa (1989) que possibilitou a caracterização/distinção entre estas duas expressões espaciais (*Core e Frame*) a

partir da utilização intensiva ou semi-intensiva do solo, do tipo de objetos produzidos e da fluidez que possibilitam pelo acontecer solidário.

O problema central que orientou nossa pesquisa foi: A dinâmica de utilização do solo do C.B.D. e de sua zona periférica na cidade de Campina Grande no período de 2011 a 2020 promoveu a cristalização ou a expansão da área central?

Além desta questão medular, outras, secundárias, surgiram com as reflexões iniciais. São elas: a) se há expansão da área central, esta é apenas da zona periférica ou também do *core*? b) por quais vias/eixos o centro está se espraiando? c) O centro se expande pela linha de força do espaço? d) os processos de centralização e de refuncionalização são produto da evolução do estado técnico no território?

Partindo destas questões factuais, elegemos algumas hipóteses que representam respostas imediatas a nossos questionamentos. São elas: a) O CBD está totalmente saturado pelo uso comercial do solo; b) O centro está se expandindo territorialmente pela periferia imediata; c) A expansão da malha urbana conduz a transformações funcionais no núcleo central; d) O padrão monocêntrico da cidade de Campina Grande viabiliza a vivacidade da área central.

As reflexões ocorreram em torno do seguinte objetivo geral: Analisar a os desdobramentos espaciais da dinâmica do uso do solo na área central de Campina Grande-PB. Este, por sua vez, se sustenta pelos seguintes objetivos específicos: a) entender historicamente a constituição do núcleo primaz; b) delimitar a área central – *core e frame*; c) identificar as áreas residenciais que estão passando por processo de requalificação funcional; d) observar se os objetos nos quais as ações se realizam nas principais artérias do centro de Campina Grande promovem o uso intensivo ou semi-intensivo do solo.

Ademais, nosso trabalho adquire importância pela atenção que é dada ao espaço, a nossa preocupação ontológica contribui para a aproximação da categoria ao centro da análise geográfica. Isto quer dizer que partimos do pressuposto de que o evento de expansão da área central é explicado pelo espaço no movimento de sua totalidade social. Aos geógrafos, esta assertiva pode parecer redundante, mas na verdade é um esforço em não negligenciar o tratamento espacial das coisas e promover uma discussão acerca do fato urbano centrada na categoria de espaço enquanto uma realidade material e objetiva.

Estruturamos este escrito em quatro seções gerais, a primeira se refere ao método enquanto orientação filosófica para a compreensão do movimento do espaço. O domínio do método possibilita tocar o suprassensível do espaço e assim, retirar do objeto o entendimento de sua realidade, por essa razão tecemos em uma secção própria algumas considerações sobre a dialética do espaço. É importante lembrar que não propomos neste tópico nada de original, apenas um esclarecimento de como a realidade é pensada a partir do materialismo e de como o espaço considerado uma totalidade é estruturado.

A segunda parte trata da genealogia da cidade de Campina Grande, resgatamos na história a sua formação socioespacial procurando compreender os processos e fatos dentro do real abstrato de cada cisão da totalidade que legitimaram a sua envergadura regional e possibilitou a instalação de objetos técnicos necessários a conformação da área central. Esta parte do trabalho é uma síntese histórica permeada por conceitos espaciais, aqui, há uma tentativa em pensar o casamento do espaço com o tempo e entender que a realidade espacial é estruturada por uma acumulação desigual e combinada de tempos, temporalidades e divisões do trabalho.

Na terceira parte tecemos uma discussão entre a teoria espacial e o objeto proposto. A operacionalização de conceitos que estão no centro do entendimento do espaço, como por exemplo; forma/função, processo e estrutura, meios técnicos e a desnaturalização da natureza, tempo, totalidade, uso do solo e etc., clarearam as nossas indagações e possibilitaram melhor entendimento sobre a realidade espacial da área central de Campina Grande.

A última parte se refere às transformações funcionais que o núcleo central posto em um meio geográfico cada vez mais tecnificado vem sofrendo pela renovação da lógica de organização das últimas décadas. Este é o fulcro de nossa pesquisa, buscamos apreender e explicar a incorporação de um conjunto de artérias – que antes fazia parte de áreas cuja logicidade de utilização do solo era puramente residencial – ao núcleo comercial.

Nos procedimentos metodológicos, nossa primeira aproximação ao objeto de estudo ocorreu por uma revisão teórica sobre a história da cidade de Campina Grande e a constituição da área central. Esse primeiro contato decorre da necessidade de que os processos espaciais não são compreendidos em sua natureza sem a luz da história. Todo o apanhado histórico é baseado nos escritos de

Epaminondas Câmara, nesta primeira etapa há de se considerar o fato de, por não ser nosso objetivo central, e como tal é a natureza da síntese, por vezes, a nossa escrita se caracterizará por simplificações, saltos temporais e generalizações. Em seguida, para que não incorramos no erro de levantar discussões disparatas, nos debruçaremos sobre a leitura e discussão dos temas; Centro, Organização Espacial, e Espaço. Buscamos também nos apropriar de subcategorias do espaço; estrutura/forma/função/conteúdo e tempo espacial. Estes são conceitos que vem do interior do objeto.

O seccionamento do tempo é sempre um trabalho cauteloso, difícil. Na primeira parte do trabalho, fizemos um recorte temporal mais abrangente no intuito de compreender a formação do núcleo primaz. Na segunda parte, adotamos um recorte menor; 2011-2020, devido à disponibilidade de dados disponibilizados pelo Google Maps, neste curto período buscamos apreender as metamorfoses funcionais de algumas artérias que conectam a área central ao seu entorno a fim de pôr à prova nossa hipótese de expansão da área central.

Do ponto de vista empírico fizemos uma análise que envolveu duas ações, a primeira, em gabinete e a segunda em campo, a fim de apreender as metamorfoses por quais as principais ruas que cortam o centro da cidade de Campina Grande passaram. Em campo, no estágio final da pesquisa, definimos a partir do uso do solo, as vias características do núcleo central e de sua zona periférica. Para examinarmos o processo de refuncionalização das formas, utilizamos a ferramenta *Street View*¹ do Google Maps que disponibiliza vistas panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical permitindo que os usuários vejam partes de algumas regiões do mundo ao nível do chão/solo, tal ferramenta possibilitou o diagnóstico da paisagem das ruas elencadas a partir ano de 2011.

As ruas em que nos debruçamos foram: Barão do Abiaí, Epitácio Pessoa, Av. Getúlio Vargas, Rua Irineu Joffily, Tiradentes, Miguel Couto, Rua 13 de Maio, Afonso Campos, e, João Lourenço Porto. Tendo delimitado a dimensão espacial de nosso objeto e compreendido suas modificações, nos empenhamos em apreender as diferentes funções – residencial, comercial e serviços. Iniciamos a pesquisa tentando apreender a variedade do conteúdo funcional como; ateliês, salões de beleza, barbearias, lavanderias, estabelecimentos educacionais, clínicas, óticas etc., porém,

¹ Na tradução brasileira quer dizer “Vista da Rua”.

tais conteúdos são alterados de modo muito volátil, o que impede a apreensão do movimento do objeto de estudo. Por isso, agrupamo-los em classificações mais gerais.

2. MÉTODO: ESPAÇO, TEMPO E TOTALIDADE

Qualquer análise geográfica que pretenda compreender o suprassensível do espaço e retirar da realidade um conjunto coerente de conceitos e ideias que a explicam, deve ter clareza metodológica. Neste sentido, o método representa o modo de ver e apreender as coisas e possibilita o exercício da diferenciação entre aparência e essência. Por isso, a nosso ver, é necessário dedicarmos algumas páginas à explicação da orientação filosófica para a construção deste escrito².

Nosso modo de enxergar a realidade está fundamentado nas dimensões da temporalidade, historicidade e da espacialidade – tão carentes na análise geográfica – o qual reconhece que o real concreto e o real possível não estão feitos ou estruturados de forma definitiva, ao contrário, consideramos o processo permanente do devir, o que implica pensar o movimento do todo na flecha do tempo bem como a sucessão e acumulação das várias lógicas de ações que atribuem a cada período novos conteúdos e funções aos objetos. Isto expressa, em síntese, a preocupação da geografia.

Nossa abordagem busca ir além de uma concepção estritamente quantitativa que vê o tempo apenas por seu aspecto geométrico e o espaço como simples realidade material onde os fatos ocorrem³, é necessário buscar a união espaço/tempo e considera-la como uma totalidade que permite a compreensão da estruturação de nosso objeto de estudo, a área central, tal como ela é.

Ademais, não almejamos analisar o objeto por ele mesmo por entendermos que as coisas (partes) por mais que também representem uma totalidade, não existem independentes e isoladas de um todo maior e anterior, e, que à medida que influenciam são também influenciadas, este pressuposto implica que os lugares não

² A esse respeito, Milton Santos põe em relevo que “falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo *de dentro*, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo”. (SANTOS, 2017, p. 18).

³ Para a Geografia – a partir da orientação materialista dialética – as temporalidades, ou seja, as implicações do desenvolvimento da história em uma determinada realidade, são mais importantes que o tempo geométrico medido em minutos, décadas e anos. É o acumulo das sucessivas ações e formas de produção ao longo do tempo cronológico que consideramos aqui, esta forma de considerar o tempo contido nos objetos geográficos explica com mais clareza o que se pretende estudar do que a afirmação de que em determinado ano ocorreu determinado evento, por exemplo. Do mesmo modo, a geografia crítica entende o espaço, não como uma simples base onde os fenômenos e eventos ocorrem esporádica ou livremente, mas sim, como uma realidade produzida a partir do movimento da sociedade, além de produto e reflexo é também fator, porque histórico.

são autocontidos e que a realidade socioespacial atual é resulta de processos passados e projeta certas condições para o futuro – movimento de tese, antítese e síntese.

A dialética nos revela que o conhecimento é totalizante e que a atividade humana é um processo de totalização, isso quer dizer que, estes elementos da vida social nunca alcançarão uma condição definitiva, pronta e acabada, pois, a história não tem fim, tudo flui, tudo está em movimento e o novo sempre vem (KONDER, 1981).

O ecúmeno segue esta mesma lógica; a organização do espaço, por nós entendida como o conjunto de objetos criados pelo e para o homem constitui um meio de vida no presente (produção) e projeta condições ulteriores (reprodução) a cada novo momento da flecha do tempo e em função das temporalidades, técnica e ideias vigentes surgirão novas formas de reproduzir o espaço, sejam elas funcionais e/ou morfológicas. O espaço acaba por ser uma realidade cumulativa de tempos, eventos e presentes – no sentido que os acontecimentos são sempre um presente –, é isso que Milton Santos (1988) chamou de palimpsesto, ou seja, uma escrita social sobre a outra, em cada instante/lugar o tempo do agora coexiste com implicações temporais pretéritas, são estas circunstâncias que estruturam o espaço habitado.

A noção de totalidade, conforme Santos (2017), é herança da filosofia clássica, este instrumento de análise se traduz na concepção de que qualquer objeto criado, utilizado e percebido pelo homem é parte de um todo, dessa forma, assim, nenhum recorte espacial pode ser entendido fora do todo, à parte do todo seria abstração e haveria apenas existência material, seu valor sistêmico seria inalcançado.

Konder, citando Hegel, lembra que o filósofo idealista defendia que ‘a verdade é o todo’ partindo dessa premissa ele põe em relevo que “se não enxergamos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral” (KONDER, 1981, p. 36-37). Entretanto a visão do todo é sempre provisória, serve para explicar dado momento da realidade, a totalidade é apenas um momento de um processo de totalização, este processo (totalização) nunca chega a uma etapa definitiva. É este ininterrupto movimento que legitima a existência da geografia, se não houvesse o processo sem fim de reprodução do espaço e da vida social e,

como consequência, a acumulação e sucessão de formas/conteúdo, a geografia não teria sentido.

A cada momento a totalidade rui, para que, no momento imediatamente seguinte se reconstitua e forme outro todo com propriedades distintas. Este processo de decomposição e recomposição cria a unidade do mundo e a diversidade dos lugares e os eventos, entendidos como vetores (veículos) da realização das possibilidades/potências existentes em dado espaço/tempo, ligam os lugares à história em movimento (SANTOS, 2017). A cada novo todo a lógica do sistema de ações é constantemente reformulada, onde, mediatizada pelo trabalho, técnica e interesses reorganiza morfológica e funcionalmente os objetos e a forma como são utilizados.

O movimento de totalização estrutura duas condições para o real, uma totalidade já acabada, e outra prestes a vir a ser. Desta forma, tal processo se caracteriza pelo movimento de negação da negação, o todo já estruturado, fruto de uma síntese imediatamente anterior, será em algum tempo despedaçado, para que uma nova totalidade seja estruturada.

Enquanto a totalização está em seu movimento, a totalidade do agora representa uma condição minimamente inerte, até que se torne de novo, outra totalidade. Contudo, “as duas convivem, no mesmo momento e nos mesmos lugares. Para a análise geográfica, essa convergência e essa distinção são fundamentais ao encontro de um método” (SANTOS, 2017, p. 119). O método citado é a dialética [materialista], compreendida como um conjunto coerente de ideias que deve dar conta de perceber o real em seu movimento e a constante emergência do novo pela ação humana, de um novo todo no espaço, e que evite cristalizações de sínteses.

Não é demais lembrar que a Geografia ao acolher a teoria crítica, passou a considerar o todo para a explicação das partes – ao contrário da geografia positiva onde pela soma das partes se alcançaria a totalidade – na verdade como lembra Santos (2017) o todo é maior que a soma de suas partes, ou, como sublinha Konder (1981, p. 39) “uma certa compreensão do todo precede a própria possibilidade de aprofundar o conhecimento das partes”, a análise implica que é preciso decompor e recompor o conhecimento sobre dado objeto, num movimento progressivo regressivo; do universal ao particular, do abstrato ao concreto e vice-versa.

Para que percebamos com clareza dado objeto de estudo, Santos (2017) explica que é preciso empregar-se em duas tarefas, a primeira é construir uma metageografia, ou seja, um sistema de ideias que proporcione uma visão do conjunto a partir de dada província do saber, circunscrevendo o objeto. A segunda, é cindir a totalidade a fim de perceber o movimento das partes, nas palavras dele

O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização (2008, p. 120).

Conforme Tourinho (2011, p. 65) “na perspectiva sistêmica, a parte pode ser o todo de um nível inferior, que o todo pode ser a parte de outro todo de nível superior”, neste sentido, o nosso objeto de estudo é uma das estruturas da cidade, composta por outras estruturas. Ao mesmo tempo em que, quando considerado em escala mais abrangente (como por exemplo, a totalidade da cidade), o centro é uma totalidade que passa a ser parte integrante de outro todo. Assim como, se considerarmos a cidade na rede urbana ela adquire condição de fração de um todo, o todo da rede.

No infindável processo de totalização, a síntese reúne tanto a negação da negação quanto, por outro lado, a conservação de alguns aspectos, por exemplo, em nosso objeto; o centro de Campina Grande, há heranças do período algodoeiro, o traçado das ruas, vielas, antigas fábricas, residências e a conformação de uma organização recente. Isto, é a expressão concreta, material e histórica da dialética do espaço urbano, onde “cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo” (SANTOS, 2008, p. 120). Em cada movimento da sociedade no espaço há uma nova regeografização.

3. A CONSTITUIÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE – PB

O processo de centralização da cidade de Campina Grande (como em qualquer outro núcleo urbano) só ocorreu quando um conjunto de condições foi reunido, estas circunstâncias representam, no entendimento do espaço como uma totalidade, a transformação de algumas das inúmeras possibilidades existentes, em potência. Estas condições estruturantes foram divididas em duas seções (3.1 e 3.2) e representam o processo de desnaturalização da natureza, onde, em função das temporalidades e instrumentos técnicos a sociedade campinense foi produzindo um espaço cada vez mais distante do meio telúrico e em mesma medida mais próximo à racionalidade econômica, conformando um centro de gravidade com influência regional pela centralidade dos objetos técnicos.

3.1 A formação sócio-espacial de Campina Grande

A gênese da cidade enquanto forma espacial se dá a partir da formação de um núcleo primaz, e, sua evolução ocorre em função dele, onde, durante certo período de tempo este centro e a urbe fundem-se e confundem-se. Entendemos que a estruturação da cidade e também a conformação de sua área central, sendo produtos daquilo que Milton Santos (2008) chamou de acumulação desigual de tempos, exige um estudo à luz da história para então compreendermos no movimento dialético a lógica espacial do presente a partir da consideração do transcorrer dos processos pretéritos.

Pensar a lógica histórica e dialética é considerar que a condição socioespacial atual é herdada. Nesse sentido fizemos uma leitura sobre a reprodução do espaço na história da cidade de Campina Grande – seguindo as recomendações do professor Milton Santos escritas na obra *Técnica, Espaço e Tempo*⁴ – esta primeira aproximação revelou que a estruturação do ecúmeno campinense foi e continua a ser produto de uma interação entre sistemas de ações macro escalares e locais,

⁴ No passado, isso era parte obrigatória do trabalho dos geógrafos. Nenhum estudo de geografia urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade, às vezes até de forma abusiva. Era impossível abordar esta ou aquela cidade, sem essa preocupação de contar o que foi o seu passado. Porém, hoje, fazemos frequentemente uma geografia urbana que não tem mais base no urbanismo. É uma pena, porque praticamente não mais ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente. Isso fez com que essa disciplina ‘história da cidade’ ficasse órfã. Torna-se, pois, salutar essa retomada, sobretudo porque se faz segundo um enfoque multidisciplinar (SANTOS, 1997, p. 69, grifos nossos).

que, configura(ra)m a sua singularidade em termos de influência regional e materialidade técnica acolhida.

O entendimento da formação socioespacial de Campina Grande exige, necessariamente, a articulação com o processo de formação territorial do Brasil e conseqüentemente à sua inserção na divisão internacional do trabalho, num período que Santos (1993) denominou de *urbanização pretérita*⁵ caracterizado muito mais pela criação de cidades que por um processo de urbanização, e ainda, pela viscosidade de fluidos no território.

Campina Grande é um dos núcleos surgidos na rota dos boiadeiros que faziam longas travessias entre o sertão e às zonas canavieiras de Pernambuco e da Paraíba, tais ações estavam orientadas pela lógica de uso da terra, por uma divisão territorial do trabalho, onde o litoral foi o mercado consumidor do gado sertanejo, utilizando-o como força de tração para a atividade canavieira e para o abastecimento alimentício da população litorânea. Desse modo, a formação inicial obedeceu à divisão territorial do trabalho em lugares de criar e de plantar, tendo seu marco em função da extensão da pecuária (SÁ, 1986).

É esta divisão territorial do trabalho que constitui o motor da vida social, pela troca desigual e combinada de recursos entre o sertão e o litoral e, produz a diferenciação espacial entre eles, conferindo a cada um, especificidades e singularidades pelos vetores que acolhia.

Nos anos finais do século XVII quando ocorreu o primeiro aglomerado no território campinense, havia poucos núcleos na província da Paraíba – devido à lentidão do adentramento da colonização interiorana em razão da cana-de-açúcar –, é somente nestes anos que foi promovida a incorporação das terras do Cariri e do Sertão ao domínio da sede da capitania. Câmara (1998, p. 19) põe em relevo que ninguém “se lembraria de deslocar-se para os desertões [hoje sertões] áridos e cheios de sol, a fim de criar rebanhos”, pois, tratava-se de uma vida incerta, distante dos núcleos consolidados e de sua vida social.

Estes pontos do território eram ainda apenas dados técnicos, foi só com a intrusão de agentes territorializadores que se tornaram dados sociais, espaço. Aos poucos a diversificação da natureza que se dava por suas próprias forças passou a

⁵ Período anterior à industrialização brasileira da primeira metade do século XX, este, se tratava muito mais sobre um processo de criação de cidades que de um processo de urbanização. No período em que Campina Grande é elevada à categoria de cidade, o Brasil apresentava uma cifra de pouco mais de 5% da população vivendo em núcleos urbanos (SANTOS, 1993).

apresentar um conjunto de possibilidades diferenciadas mediante o trabalho e sua repartição no território paraibano, é a partir daí que a configuração espacial adquirindo um conteúdo social foi sendo tornada espaço.

Foram os baianos, no início da década de 1660, a partir da força da Casa da Torre e os Bandeiras Paulistas, se dispuseram a impor a colonização do interior a começar pela capitania do Rio Grande do Norte utilizando como instrumento territorializador a criação de fazendas de gado, na década seguinte, promoveram a ocupação da capitania da Paraíba, inicialmente no vale de Piranhas e posteriormente no grande Boqueirão. Este foi um processo que se deu a passos lentos passaram-se mais de cem anos para que a capital tivesse conhecimento da existência dos dois primeiros povoados (CÂMARA, 1998).

Em trabalho sobre a formação de Vilas e Cidades no período colonial brasileiro, Aroldo de Azevedo explica que, de modo genérico, as ações que criaram os aglomerados na vastidão do território apresentavam lógica semelhante. Segundo ele

É o aldeamento de índios, núcleo de catequese, que se transforma num lugar fortificado e, depois, num pequeno centro de trocas em espécie e de comércio. [...] É o pouso de tropeiros ou de simples viajantes, etapas obrigatórias dos que percorriam os caminhos coloniais, transformados depois em pequenos centros agrícolas e comerciais (AZEVEDO, 1992, p. 64).

Dos agentes sociais promotores da colonização interiorana, compromissados com os interesses da Coroa, merecem destaque os membros da família Oliveira Ledo⁶, foram estes que através da concessão de sesmarias e, dispostos a criar gado, montaram as primeiras fazendas no Cariri.

Partindo da realidade concreta, a evolução do povoado pode ser compreendida a partir do conceito de *substrato espacial material* proposto por Souza (2013), conceito que, grosso modo, se traduz no espaço em sua (i)materialidade. O

⁶ Dentre os sertanistas se destacaram os Oliveira Ledo, originalmente ligados aos Garcia D'Ávila (chefes da poderosa casa da torre), mas que com o tempo foram se tornando autônomos, sem função das mercês e dos privilégios recebidos da Coroa portuguesa pelos serviços prestados. Estes chegaram ao alto sertão da Paraíba onde, depois de travarem alianças e renhidas lutas com os grupos indígenas locais, fundaram os primeiros povoados penetrando território à dentro (LIMA, 2008, p. 56).

Antonio de Oliveira foi quem fundou a primeira fazenda do cariri – Boqueirão. Não somente montou a fazenda como fundou o povoado e atraiu os irmãos e sobrinhos: Constantino, Braz e Custódio instalaram-se também com fazendas no Sertão e naquela região. Teodósio fez do Piranhas e do vale do Santa Rosa os pontos de sua preferência. Pascácio fundou Cabaceiras. Adriana foi a maior proprietária do cariri e Ana dedicou-se à pecuária no vale do Quixodí, cuja fazenda tem hoje seu nome. Todos eles, bem como os outros parentes requereram inúmeras sesmarias com tal ganância e sofreguidão que lembravam os Garcia de Ávila (CÂMARA, 1998, p. 20).

substrato reúne dois conceitos muito utilizados pelas geografias tradicional e teórica, mas que devido a radicalização marxista da segunda metade do século XX foram deixados de lado, apesar de serem basilares.

O primeiro conceito é o de *sítio*, que designa o assinalo da superfície em relação a topografia, formas de relevo e hidrografia, são os elementos abióticos. O segundo se refere ao *ambiente construído*, ou seja, a materialidade socialmente criada em determinado lugar, é a natureza socializada, transformada pelo e para o homem. Compreende assim, as especificidades das naturezas primeira e segunda, conferindo uma condição singular a cada recorte, tornando-o único. Dessa forma, os atributos produtivos ecológicos e culturais que foram surgindo no espaço campinense por um sistema de ações e sucessivas e intensas metamorfoses conformou uma condição de lugar central.

Nos fins do século XVII, em 1697, o sobrinho de Antônio de Oliveira Ledo, o Capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, aldeou na ladeira onde hoje se encontra a Rua Vila Nova da Rainha um grupo indígena Ariú, trazidos do Vale de Piranhas para pastorear o seu gado (CAMARA, 1998; 1999).

A futura Campina Grande⁷ era ainda um horizonte de terras quase que inexploradas, um meio telúrico, uma condição de natureza primeira, pouco explorada. Parafrazeando Santos (2008) este meio era aquele onde a capacidade técnica e necessidades dos indivíduos não possibilitavam ou exigiam grandes transformações, é claro que, já existiam técnicas, pois os homens já impunham leis ao espaço, contudo, eram modestas e locais, não possuíam existência autônoma, mas sim constituía um par simbiótico juntamente a natureza.

Neste contexto de técnicas modestas e subordinadas à natureza o sítio determinara as ações dos colonos sobre o modo de ocupação do terreno, de locomoção e produção da organização social. A natureza não era apenas um quadro físico, mas também um quadro regulador das ações que, apesar de utilizarem sistemas técnicos, estes eram viabilizados por instrumentos muito próximos à natureza, portanto, não produziam ainda objetos técnicos. A ação social para a produção espacial do povoado era ainda muito obediente às coisas da natureza, e harmônica ao meio.

⁷ Porque sediara os selvícolas na *Campina Grande*, a aldeia tomara o nome a esta circunstância geográfica (CAMARA, 1999, p. 26).

A objetivação concreta deste ponto do território brasileiro ocorreu quando o sertanista Teodósio “alcançando o lado setentrional da grande Campina, *reservara a margem dum riacho* (Piabas) para a localização daquela gente. Estava fundada a aldeia” (CÂMARA, 1999, p. 26, grifo nosso). Foi neste meio natural que o capitão-mor encontrou as devidas condições ecológicas para a subsistência de seu grupo e dos bovinos. Um assoalho propiciamente úmido e com terras férteis à agricultura, sobretudo ao plantio de mandioca e milho, gêneros que viabilizaram a subsistência e posteriormente foram comercializados.

Esta é considerada por consenso a gênese da cidade de Campina Grande, a partir daí surgiram paulatinamente as primeiras e modestas moradias – casebres de taipa – no recorte onde foram aldeados e que tempos depois originaria a chamada Rua das Barrocas (hoje Rua Vila Nova da Rainha). Pouco tempo à frente, em 1701, foi assinada a ordem de construção no alto de uma colina uma capela para reforçar a catequese dos índios. Neste período, a igreja era um agente produtor do espaço, no sentido que, exercia influência no arranjo espacial, era ao seu redor que as residências e casas de comércio iam sendo erguidas formando os chamados largos. No recém-aldeamento, logo após a construção da igreja formou-se o primeiro largo com algumas poucas casas; o Largo da Matriz.

O povoado paulatinamente evoluía, conforme Câmara (1999, p. 27) “tendo igreja, capelão e índios que iam se domesticando, a aldeia tomou incremento. Apareceram colonos e parentes do capitão-mor Oliveira Ledo, que requeriam datas de sesmaria para instalar currais e cultivar a agricultura”. É essencial destacar que a produção de gêneros alimentícios para autarcia e em seguida sua superação foram essenciais à evolução do povoado, o excesso de produção em relação à necessidade alimentar dos indivíduos viabilizou a barganha com os homens que viajavam tangendo gado para à Zona da Mata.

Este sistema de ações pretéritas instituiu a virtualidade comercial do lugarejo e projetou as suas condições de reprodução. Dessa forma a vida social do aglomerado foi dinamizada pelo estabelecimento de trocas de produtos entre fazendeiros produtores e andantes, avolumada ano após ano até passar por uma normatização e adquirir simbolismo.

A cultura da mandioca teve grande importância na sustentação e emancipação do povoado, fazendo surgir a primeira indústria⁸; as chamadas casas de farinha. Esta produção farinácea tornou a recente povoação ponto de convergência e parada para os tropeiros e tangerinos dos sertões que vinham à procura deste artigo, estes “negócios avolumavam-se de ano a ano em progressão idêntica ao crescimento da localidade e ao aumento demográfico da capitania” (CÂMARA, 1999, p. 42).

Se a gênese teve um caráter pastoril, a evolução foi de natureza mercantil. Toda a gente que não possuía renda suficiente para montar engenhos ou fazendas destinaram-se a produção e beneficiamento da farinha para comercialização. Câmara (1999) falou em ‘civilização da farinha’, segundo ele, somente o povoado de Campina a conheceu em toda a província, atribuiu a tal produção, um fator de progresso social, pois, foi seu cultivo e beneficiamento que caracterizou a etapa primeira da vida comercial campinense criou as condições necessárias para torna-la vila.

Esta produção que ganhou tanta envergadura foi inicialmente atividade secundária, subsidiária. O grande desejo do colono era criar gado no platô da Borborema – “os campos da caatinga e do cariri não demoraram a se povoar de rebanhos” Câmara (1999, p. 28) –, o cultivo de cereais teve objetivo de suprir a vida nas fazendas fornecendo alimento para o gado nos períodos de estiagem e meio de subsistência aos indivíduos. Os boiadeiros dos sertões que faziam comércio com o litoral começaram a direcionar sua rota ao povoado para abastecerem-se de farinha, vender outros artigos como gado, queijo, couro etc., e para repousar da longa viagem.

O encontro das veredas, próximo onde estava a igreja matriz (atualmente trecho da Av. Floriano Peixoto) devido ao intenso fluxo e as trocas, levou o povoado a avançar da ladeira das barrocas – onde inicialmente os índios foram aldeados – para os arredores do largo, ali, os colonos forasteiros e comerciantes se estabeleceram e construíram algumas poucas casinhas fazendo daquele espaço seu local de comércio.

⁸ A expressão *indústria* traduz, no seu sentido mais amplo, o conjunto de atividades humanas que têm por objeto a produção de mercadorias, através da transformação dos produtos da natureza. Portanto, a própria produção artesanal doméstica, a corporativa e a manufatureira representaram formas de produção industrial, ou seja, um primeiro passo no sentido de transformar a cidade efetivamente num espaço de produção (SPÓSITO, 1988, p. 42, grifo da autora).

No decorrer da história, após consolidado, o povoado foi marcado pela inércia dos homens do campo, as famílias tradicionais como os Ledo, os Luna e os Viana, pouco fizeram por sua terra, a ela, ofereceram desprezo, abandono e isolamento, estes fazendeiros se confinaram nos arredios e pouco frequentavam a vila, dificultando seu desenvolvimento. “O pouco que nela foi feito materialmente devemos ao forasteiro pobre, ao mercador de cereais, ao aventureiro” (CÂMARA, 1998, p. 21). Os adventícios, apesar do desdenho e opressão moral sofrida se mostrava progressistas, estavam sempre a construir e a organizar o espaço do povoado, mesmo que de modo desordenado, organizavam porque detinham o comércio e algumas poucas fábricas de beneficiamento.

Esta foi em linhas gerais a fase de estruturação do povoado que custaram noventa e três anos até ser elevada à categoria de Vila, em 1790⁹, com o nome de Vila Nova da Rainha pela carta régia de Julho de 1776 que concedia ao governador de Pernambuco criar vilas nas capitanias de sua jurisdição, incluindo o cariri velho.

Neste período, a capitania da Paraíba estava subordinada à pernambucana, ambas sobre o controle do regente Dom José Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido pela titulação de Marquês de Pombal, o marquês objetivava tornar Portugal uma potência europeia, assim, normatizou uma política de formação de núcleos de povoamento para transformar as colônias em instrumentos de fornecimento de riquezas (MAIA, 2017). Ao disputar título de Vila com São João, o povoado de Campina Grande levou vantagem por concentrar importante volume econômico, produto da feira de farinha e gado, gêneros indispensáveis àquela época.

A feira de cereais e de gado que foi estabelecida no povoado, deu a ele centralidade, fazendo-o elevar à freguesia, em 1769, e posteriormente à Vila. Maia (2009) põe em relevo que as feiras foram criadas na província para viabilizar a troca de produtos entre as regiões agrícolas e as pastoris, orientadas pela logicidade econômica da divisão territorial estabelecida. O lugarejo por seu atributo excepcional de localização, foi

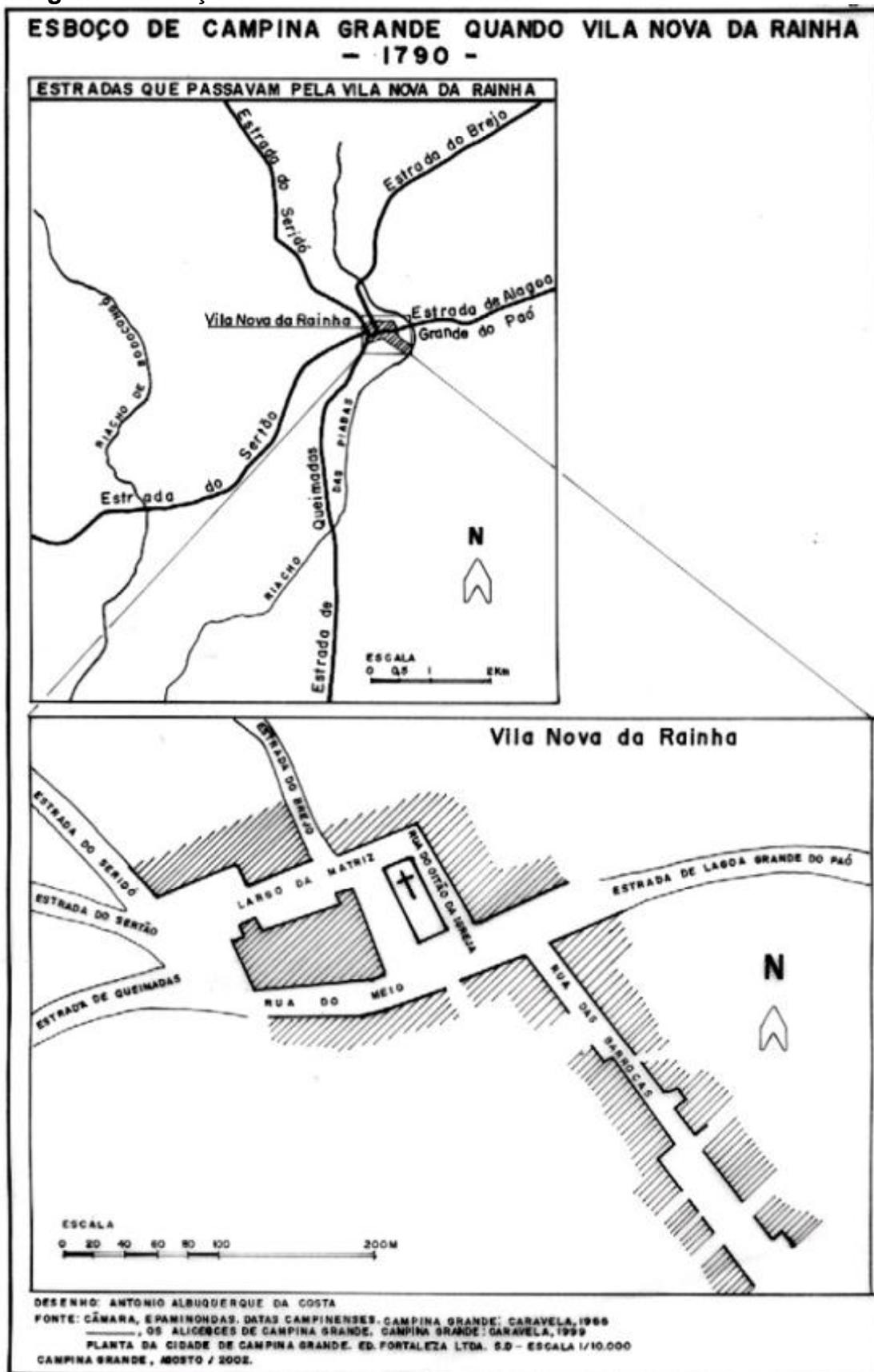
⁹ A 6 de abril, o Ouvidor Geral da comarca da Paraíba, desembargador Antônio Felipe Soares de Andrade Brederodes [apesar de ser a contragosto por não gostar dos campinenses e preferir erigir vila, a freguesia de Milagres], autorizado pelo governador de Pernambuco dom Tomaz José de Melo, fez publicar um edital avisando aos moradores deste distrito (Cariri velho), que ia ser ereta na povoação da Campina Grande a VILA NOVA DA RAINHA (CÂMARA, 1998, p. 25).

se constituindo um ponto comercial que abastecia aqueles que por ali passavam. Esse ponto comercial foi crescendo devido às facilidades de escoamento de mercadorias, configurando o antigo povoado como vila comercial. O fluxo era crescente entre as cidades da Parahyba (atual João Pessoa, capital do estado); Souza, no interior da Paraíba; Crateús e Icó, no Ceará; Goiânia, Olinda e Pesqueira em Pernambuco (MAIA 2009, p. 793).

Este atributo excepcional de localização de que falamos refere-se à posição bem servida da vila, um assentamento que para ele convergem cinco estradas (ver imagem 1); Estrada do Sertão, Estrada de Queimadas, Estrada de Alagoa Grande do Paó, Estrada do Brejo e, Estrada do Seridó. Outra questão é que além de nó de caminhos a vila se constituía como boca do sertão¹⁰, ou seja, uma localidade situada entre áreas povoadas e às que estavam em processo de ocupação, ela era a entrada para o sertão.

¹⁰ São as cidades boca de sertão, locais de chegada e partida de colonizadores das áreas a serem povoadas. São também ativos centros comerciais (CORRÊA, 2004, p. 321).

Imagem 1: Esboço das estradas e da Vila Nova da Rainha



Fonte: Costa, 2003.

Estas duas virtualidades foram essenciais para firmar a “vocação” que Câmara chamou de “estacionamento comercial”. Para Cardoso (1963, p. 444)

Estas estradas faziam de Campina Grande nos séculos XVIII e XIX o ponto de convergência de todo o interior da Paraíba e regiões vizinhas, e cada vez mais se acentuava pela abertura de estradas vicinais. Boiadas procedentes dos sertões do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba com destino a Pernambuco e comboios de cereais e mercadorias estrangeiras que dos brejos e da atual João Pessoa e de Recife rumavam para o sertão paraibano, todos passavam por Campina.

Partindo da realidade concreta, cada lugar é definido por seus atributos naturais e em função dos impactos/ações que acolhem. Há sempre em marcha um processo de seletividade, que se dá nas localizações, formas, conteúdos, recursos, é esta totalidade em trama que produziu a racionalidade do espaço campinense. Isso quer dizer que as ações não são efetivadas cegamente, sem propósito ou sem destino, elas ocorrem de modo orientado.

Apesar da vida comercial, a vila continuou “mal” edificada assim como nas condições de povoado e freguesia, até porque grande parte da renda da província era polarizada pela capital, naturalmente esta foi a cidade mais aformosada e bem edificada em detrimento das outras localidades¹¹. Contudo, em termos de funções urbanas, houve avanços e “Campina passou a ter Câmara Municipal, julgado de paz e pelourinho” (CÂMARA, 1999, p. 31).

No ano de institucionalização da vila, segundo Câmara (1998, p. 40) certamente

não tivesse ainda cem casas. Três ruazinhas: a das Barrocas, de edificação passada e senhorial, de barro com enxaimel de madeira grossa, sótão e janelas de urupema; a do Oitão da Igreja, de casebres achapados; em linha paralela ao nascente do templo e o largo da Matriz que fechava em ângulo reto com a extremidade norte daquela e tomava a direção norte. Eram dois agrupamentos de moradias tão próximas quanto rivais. Lá em baixo as Barrocas de gente antiga, reservada, patriarcal. Cá em cima, o oitão e a frente da Igreja, de povo humilde, desambientado que arranjava o pão com as especulações do pequeno comércio farináceo e das miçangas da feira que ainda se conservava ao longo das Barrocas.

Quando a feira de cereais foi transferida para os arredores do largo da matriz na primeira década dos anos de 1800, foi possível o desenvolvimento do entorno, pois as relações comerciais tomaram proporções inéditas, logo surgiram casas de

¹¹ Negar-se tudo às cidades subalternas era velha mania dos administradores (CÂMARA, 1999, p. 87).

tijolos e comerciantes de todos os lados para fazerem negócios. Entendemos que se deu aqui, com estes primeiros arruamentos o embrião do núcleo primaz, que se concretizará com o processo de centralização na primeira metade do século XX.

A partir da segunda metade do século XVIII o Nordeste brasileiro foi pungentemente inserido à lógica da divisão internacional do trabalho, passando a ser espaço fornecedor de matéria prima (algodão) para a indústria inglesa que iniciara sua hegemonia da produção têxtil. Na dinâmica intraregional, a vila de Campina Grande se beneficiou do atributo excepcional de localização, para lá convergiam todo o algodão produzido nos arredores, essa convergência de fluxos implicou na emancipação da vila e expansão de sua mancha.

No mês de novembro de 1864, época em que se vivia a primeira fase do império, graças a todas as virtualidades acumuladas em Campina especialmente à cultura algodoeira, a vila é elevada à categoria de cidade e a partir de então o agregado mal edificado passou por renovações espaciais, nesse contexto a urbe já apresentava funções política-administrativa, comercial, industrial e religiosa.

Conforme Maia (2009) a cidade sofreu as primeiras implicações morfológicas condicionadas pela economia algodoeira nas décadas de 60/70 do oitocentismo, houve, nas palavras da autora “a primeira expansão em torno da igreja matriz a partir de caminhos e ruas que iam sendo abertos, impulsionados pela lógica mercantil que tomara maior ritmo desde a construção do denominado Mercado Novo, inaugurado em 1864” (MAIA, 2009, p. 975).

Estes primeiros arruamentos já apresentavam em grande parte natureza mercantil, havia casas de mercado que ia do largo da matriz até o comércio velho, a rua grande (hoje Maciel Pinheiro) que dava para o Seridó foi o recinto até os anos de 1930 da elite política e comercial da cidade, conforme Souza (2003) foi naquele tempo grande expressão comercial e cultural da cidade, quase tudo que se vendia na urbe podia ser encontrado lá. Hoje, a Maciel Pinheiro é uma das ruas que integram o *core* da cidade, rua onde a dinâmica comercial é pungente, lócus também de comercialização de artigos de luxo. No largo do mercado novo havia também uma série de casas comerciais (CÂMARA, 1998).

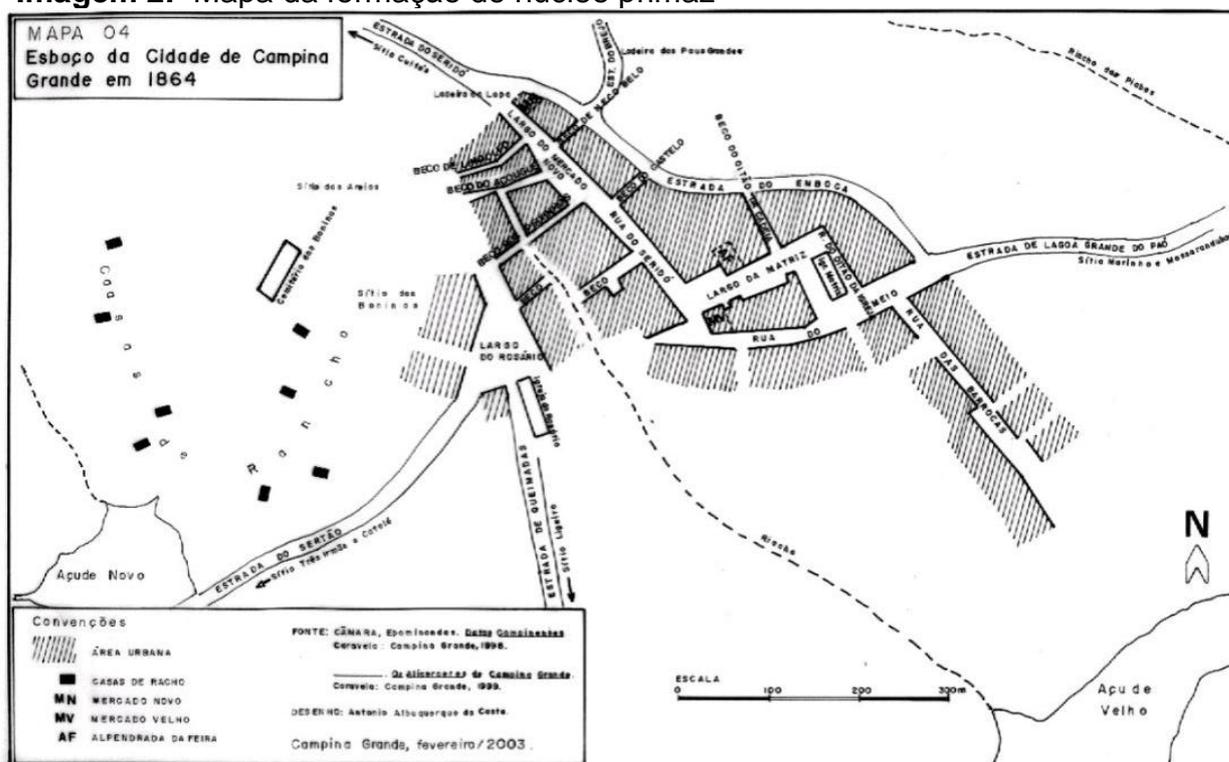
No momento de elevação à categoria de cidade, de acordo com Câmara (1999, p. 81), apesar de não existir “sequer um único prédio de mais de um

pavimento”, havia ali “duas igrejas católicas¹², dois açudes públicos¹³, duas casas de mercado¹⁴, um cemitério, uma cadeia, a casa da câmara, três largos¹⁵, quatro ruas¹⁶, oito becos e cerca de trezentas casas”.

Este modesto traçado urbano é o núcleo primaz de Campina Grande. Aqui centro e cidade confundiram-se, dizemos isto porque sua malha urbana entre a segunda metade do século XIX e meados do século seguinte era muito restrita, até o final da década de 1930 quando ocorreu a reforma, a cidade não passava de um pequeno aglomerado em torno do centro inicial.

Costa (2003) ao estudar a sucessão dos meios geográficos no espaço campinense, produziu com base nos relatos de Câmara, representações espaciais da vila (colocada neste escrito, anteriormente) e, da cidade recém-emancipada, a representação da última coincide com aquilo que consideramos como conformação do núcleo primaz (Imagem 2).

Imagem 2: Mapa da formação do núcleo primaz



Fonte: COSTA, 2003.

¹² A igreja de Nossa Senhora da Conceição e Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

¹³ Açude Velho e Açude Novo.

¹⁴ Mercado de Alexandrino Cavalcanti e o de Baltazar Luna.

¹⁵ Comércio Novo, Comércio Velho (da Matriz) e, do Rosário.

¹⁶ Rua do Seridó (atual Maciel Pinheiro), das Barrocas (Atual Vila Nova da Rainha), do Meio (atual Afonso Campos) e Oitão da Matriz (Atual Bento Viana).

A acumulação de ações, temporalidades, alteração das atividades de reprodução da vida¹⁷ e de produção do espaço, as virtualidades naturais do lugar, e, o estabelecimento da divisão regional do trabalho por ações estranhas ao povoado foram elementos circunstanciais para a consolidação da importância regional da cidade de Campina Grande que polarizava viajantes de todos os locais entre o sertão e o litoral, bem como, viabilizou a gênese de um núcleo primaz que, posteriormente com o espraiamento pontual de vetores técnicos pôs em movimento o processo de centralização das atividades comerciais e dos transportes e, estabeleceu inédita lógica diferencial do uso do solo urbano.

3.2 A instalação do meio técnico e o processo de centralização

Algumas Vilas do Brasil colonial, como Campina Grande, fundadas nos séculos XVII e XVIII que passaram a se destacar por suas localizações e pela importância regional exercida, no final do século XIX e início do século XX, receberam outro incremento que lhes atribuiu forte centralidade: a ferrovia.

Este objeto artificial, pela racionalidade econômica do mercado, inaugurou a mecanização do espaço urbano campinense, agora, além de composto por objetos culturais locais, o ecúmeno se constituía também por objetos técnicos e estrangeiros que impuseram sua lógica mecânica à natural, esta prótese territorial passou a transgredir o tempo como ação entre Campina Grande e Recife.

Aliada às indústrias de beneficiamento do algodão e afins, e, objetos tecnificados como o motor da luz, o transporte ferroviário possibilitou a fabricação de um inédito tempo de trabalho; o tempo como norma. Lembremos de Santos (1997, p. 82) quando defende que os objetos mecânicos “despindo a roupa da Natureza e vestindo a da Técnica, a Cidade, coisa inteiramente histórica, impõe a ideia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem, e torna possível tratá-lo (ao tempo) de forma empírica, contábil, concreta”, este tempo como norma passou a se superpor ao tempo como ação configurando o *modus operandi* da cidade moderna capitalista.

A economia algodeira e a instalação da ferrovia construíram um par indissociável e condicionante da aceleração da sua urbanização de Campina Grande no século XX. A cidade recolhia, beneficiava e encaminhava a produção à

¹⁷ Passagem da organização pastoril para organização mercantil em Campina Grande.

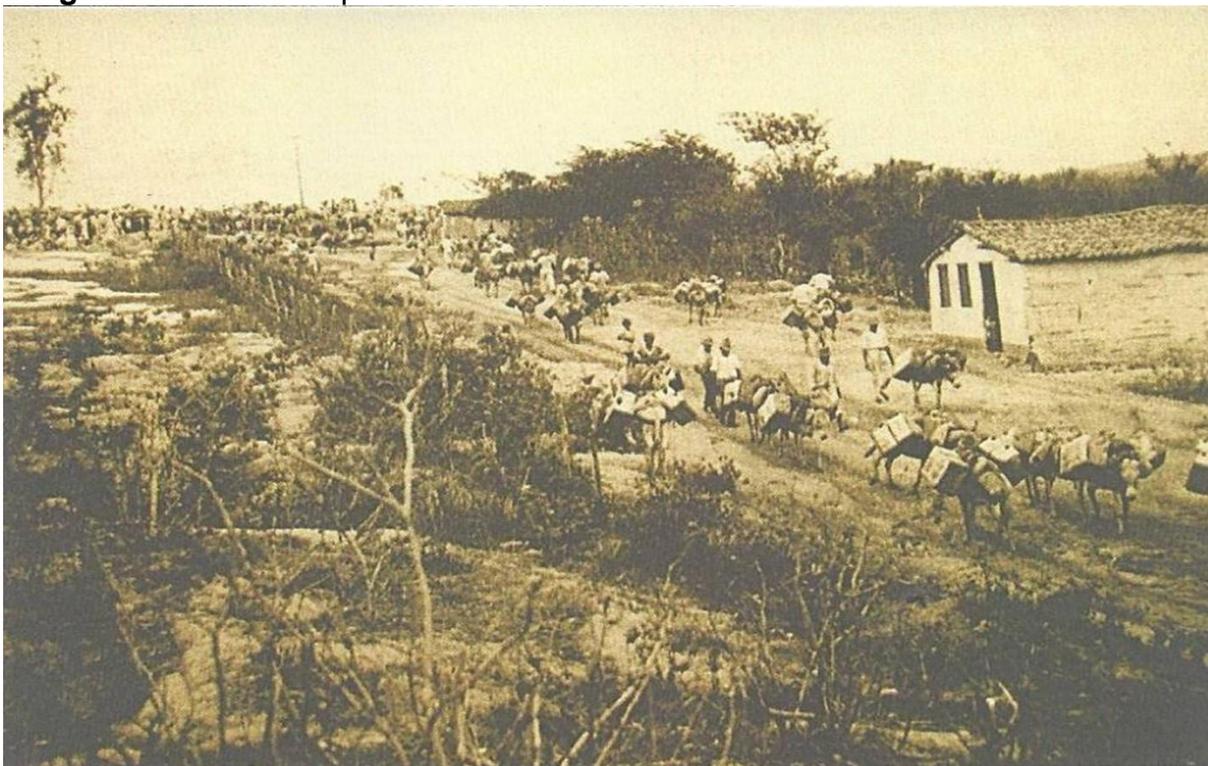
cidade de Recife, o que a ela conferiu o status de segundo maior centro comercial nordestino. A lucrativa produção algodoeira possibilitou no plano econômico grande concentração de capital comercial e industrial e, no plano espacial, expansão da malha urbana e reestruturação morfológica.

De 1864 até a chegada da estrada de ferro, a urbe não passou por grandes mudanças ou, acolheu a grandes eventos. Neste pedaço de tempo, conforme Câmara eram as “mesmas igrejas embora remodeladas, as mesmas casas de mercado, os mesmos açudes, os mesmos comboios de almocreves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo *modus vivendi*, a mesma rotina, os mesmos costumes” (1998, p. 50). As maiores metamorfoses do quadro urbano da cidade se deram após a instalação da linha férrea em 1907, construída para fluidificar o escoamento da produção para o centro comercial de Recife para ser, em seguida, conduzida aos centros industriais europeus. A forte relação entre Campina Grande e Recife que vinha desde os tempos de povoado foi reforçada pelo incremento de ponta de trilho, fazendo com que alguns autores considerassem que a primeira era uma cidade também pernambucana.

Com a ferrovia, o fluxo de tropeiros (ver imagem 3) aumentou significativamente para atender a demanda de matéria prima, pois, no início do século XX a indústria têxtil estava em pleno desenvolvimento, o algodão vinha do sertão paraibano nos lombos dos burros, era beneficiado em Campina e encaminhado para Recife pelo trem. Porém, a partir de 1930 com a instalação de algumas rodovias e uso do automóvel, o transporte por meio das tropas de burros entrou em decadência e os caminhões passaram até mesmo a fazer concorrência como trem. A instalação deste capital fixo constituiu no espaço campinense o processo de *Antecipação espacial*¹⁸ antes da instalação da estação não havia naquele recorte espacial nenhuma produção, dinâmica ou fluxos, essa condição muda significativamente com o incremento da estrada de ferro.

¹⁸ Constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. [...] significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições de reprodução (CORRÊA, 1985, p. 39)

Imagem 3: Fluxo de tropeiros na atual rua João Suassuna

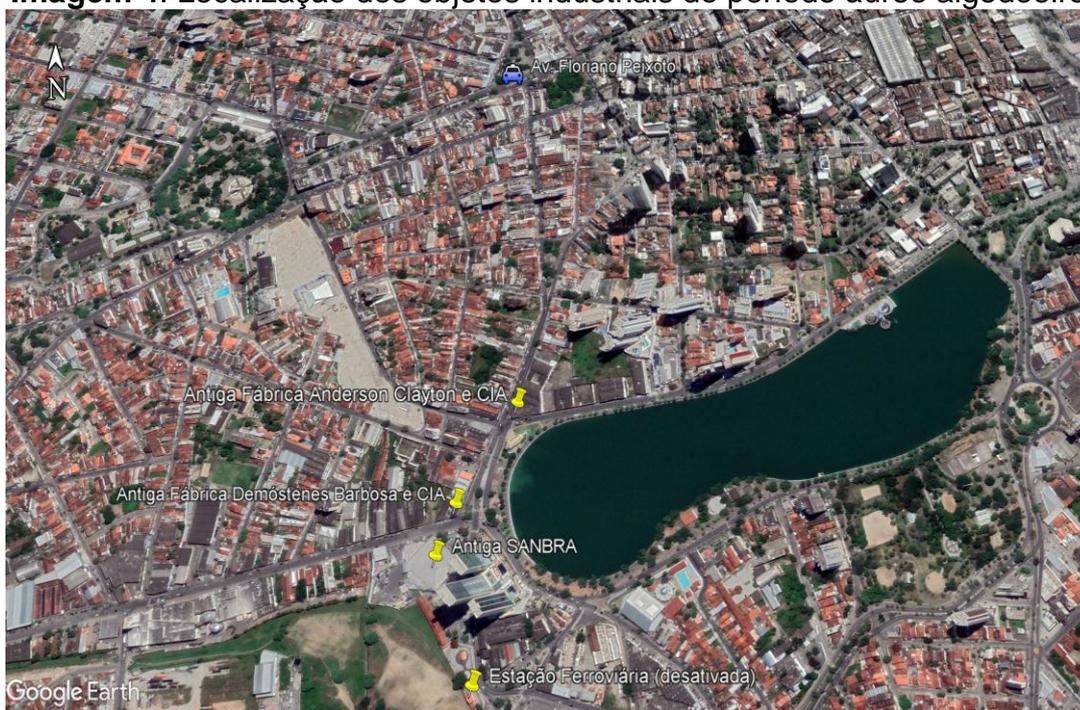


Fonte: Retalhos Históricos, 2020.

É nesse espaço, mais especificamente onde hoje se localiza o Big Bompreço que se estabeleceu a primeira área industrial da cidade para o tratamento do algodão, com as fábricas da SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste brasileiro S.A.), Anderson Clayton e CIA, e, Fábrica Demóstenes Barbosa e CIA (ver imagem 4), fundadas em meados da década de 1930. Câmara (1998) ao pensar outro modo de organização para o espaço urbano campinense, melhor aproveitando aquele espaço antecipado ao invés de reformar o espaço da área primaz, pôs em relevo que

Se, naquele tempo, tivesse a municipalidade procurado instalar o comércio nas imediações da 'Great Western', posto que era um sítio distante da cidade, e trabalhado no sentido de que as novas construções se estendessem por longas avenidas através das lindas planícies do bairro Ligeiro, hoje Campina teria uma feição muito mais moderna, a prefeitura não teria investido somas fabulosas em terraplanagens e desapropriações [...]. A cidade antiga seria mantida como tradição, como relíquia, como lembrança de um passado de lutas tremendas e de brincadeiras inocentes (CÂMARA, 1998, p. 51).

Imagem 4: Localização dos objetos industriais do período áureo algodoeiro



Fonte: Google Earth, 2020. Elaborado por ANDRADE.

O desejo de Câmara representa na concepção dialética o real possível, a totalidade do espaço não se constitui apenas pelo real concreto e por aquilo que foi tornado potência, mas também, pelas possibilidades do vir a ser¹⁹ que ainda não foram efetivadas, historicizadas e geograficizadas pelo sistema de ações. Cada lugar acolhe um conjunto de possibilidades e recusa tantas outras, é este acolhimento que diversifica e (des)valoriza-o.

Sobre a continuação do centro histórico como centro comercial, é preciso considerar duas questões, a primeira é de que a valorização do passado é uma ideia recente, durante muito tempo foi cultivada a ideia do novo e da modernidade, situações superadas deveriam ficar no passado, o olhar estava direcionado ao futuro. Isto resultou na quase que inteira dissolução das heranças pretéritas. O tempo materializado do período imperial e até mesmo colonial em Campina tornou-se abstração por não mais estar contido em formas.

¹⁹ Então o mundo se dá como latência, como um conjunto de possibilidades que ficam por aí, vagando, até que, chamadas a se realizar, transformam-se em *extenso*, isto é, em qualidades e quantidades. Tais essências seriam, então, o Real Possível, possibilidades reais, e não ideais. Esse Real se dá como configuração viável da natureza e do espírito, em um dado momento: uma técnica nova ainda não historicizada, uma nova ação apenas pensada (SANTOS, 2017, p. 123).

A outra questão é que, certamente, caso houvesse ocorrido a proposta de Câmara – apesar de visão prospectiva ser passível de incorrer erros – hoje o centro não possuísse a vivacidade que o caracteriza, este, teria sofrido o processo de marginalização²⁰, o que o tornaria um recorte em obsolescência devido ao abandono de suas vocações funcionais originais, tornando-o uma zona cinzenta/morta, já que a intensidade de fluxos seria conduzida à estação ferroviária.

O processo de centralização tem sido via de regra, ao longo da história, fomentado pela indústria e terminais ferroviários que criam no recorte onde são instalados uma centralidade, e, conseqüentemente a concentração das atividades econômica. Campina Grande não foge à regra, porém, houve particularidades em relação à localização da área central.

A emergência de sua área central foi contemporânea à instalação das indústrias relacionadas à econômica algodoeira nas primeiras décadas do século XX (nos anos de 1950 a base industrial estava consolidada) localizadas no entorno da estação e próximas à fonte de água do açude velho. Contudo, a centralização da indústria e ferrovia não conformou naquele espaço antecipado o centro principal, mas sim, reforçou o núcleo primaz situado nos largos das igrejas e mercados. Por força da história o centro econômico foi consolidado nos largos comerciais herdados do tempo de Vila.

A dinâmica econômica algodoeira, estimulada pelo capital inglês, que extrapolou os limites do município conferiu à cidade a condição de centro/capital regional. Graças a sua elite empreendedora e à suas virtualidades, ela centralizava a produção e a encaminhava às grandes corporações (SÁ, 1986). Este crescimento/desenvolvimento econômico fez com que o espaço urbano acolhesse uma série de outros objetos técnicos, atividades e serviços sofisticados que eram símbolos da modernidade – indústrias têxteis, fábricas de óleo e sabão, bancos, hospitais, cinema, bondes, telégrafo, estação meteorológica e escolas – e que pareciam distantes a uma cidade do interior. Campina Grande passou a apresentar um espaço puramente técnico, modernizado.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX a elite campinense projetou obras que alteraram a estrutura da urbe, modificando o traçado das primeiras ruas e o estilo

²⁰ O valor atribuído a um dado lugar pode variar ao longo do tempo. Razões de ordem econômica, política ou cultural podem alterar a sua importância e, no limite, marginalizá-lo, deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculava. (CORRÊA, 2000, p. 40).

arquitetônico colonial. Neste contexto se instalou uma espécie de psicosfera da modernidade rejeitando a organização espacial considerada mal edificada do período colonial, que à visão do baronato era antiquada e provinciana, e representava um quadro que nada tinha a ver com a prosperidade econômica vivida na época. Sobre a destruição das formas passadas pelas reformas, Maurício de Abreu diz que

A vergonha do passado e a crença no futuro [...] se tornou uma ideologia avassaladora a partir da república, e isso explica porque foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileiras. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas 'usanças' urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso e de subdesenvolvimento (ABREU, 2011, p. 22/23).

O núcleo primaz foi quase que inteiramente destruído e reconstruído, becos e ruas sinuosas foram transformadas em largas e retilíneas para atender ao fluxo de automóveis, as praças substituíram os largos e no lugar do casario colonial, sobretudo os da rua grande (hoje, Rua Maciel Pinheiro), foram edificadas casas em *art déco*.

Esta remodelação do espaço central corresponde a ações estrangeiras e cegas ao lugar, engendradas a partir de necessidades alheias e impostas verticalmente. E assim a cidade é muito mais construída, destruída, organizada e reorganizada pela lógica mercadológica do que por pessoas.

É claro que algumas formas resistiram à reforma – como algumas poucas casas, museu histórico e a igreja matriz – mas o berço histórico da cidade pouco existe. Caso não tivesse ocorrido a reforma, o centro da cidade seria repleto de becos (ver imagem 5) e vielas sinuosas, seria um recorte inteiramente rugoso com residências estreitas e ruas desalinhas. Hoje, ainda há alguns poucos becos espalhados pela área central (ver imagem 6) e algumas ruas com estreitas residências estes são resquícios herdados nos períodos anteriores à reforma. A imagem 5 é um recorte da Av. Floriano Peixoto na década de 1920, antes da reforma e representa bem o que escrevemos.

Imagem 5: Beco dos bêbados (Rua Cavalcante Belo)



Fonte: Google Maps, 2020.

Imagem 6: Trecho da Av. Floriano Peixoto na década de 1920



Fonte: IBGE, 2020.

O crescimento econômico impulsionado a partir da terceira/quarta décadas do século XX em razão da atividade algodoeira, fez com que a malha urbana crescesse rapidamente e surgissem zonas industriais, bairros nobres e operários. Segundo Gonçalves et. al. (1999, p. 35) “até o ano de 1940 são criados os bairros: Bodocongó, Bela Vista, Monte Santo, Alto Branco, Santo Antônio, José Pinheiro, Santíssimo, Prado, Catolé, São Vicente, Cruzeiro, Moita, além de ruas

especializadas no comércio (centro da cidade)”. Nesse contexto a cidade já apresentava a conformação de uma área central para onde a população se dirigia para realizar negócio tratar da saúde, frequentar a feira e também as festas. A reforma urbanística foi o evento que criou as condições para a consolidação do *core*, pois, as ruas reformadas são as mesmas que o constitui. Esta expressão espacial, junto com seu *frame* constitui o fulcro de nosso trabalho, é o modo como estão dispostas e organizadas que pretendemos estudar.

A formação socioespacial de Campina Grande pode ser entendida pela proposta espacial proposta de Milton Santos (2008), quando explica que temos duas coisas a definir; o espaço como categoria permanente – espaço de todos os tempos – e o espaço que se apresenta diante de nós – o espaço de nosso tempo. O primeiro, entendemos que uma categoria universal, acrônica, que perpassa o tempo, no sentido que, desde que o homem se tornou um ser social este produz seu espaço, e essa produção acompanha a flecha do tempo. A segunda categoria se traduz na produção própria do presente, do tempo do agora, a partir da disponibilidade de técnicas e lógicas inerentes à cada época. O espaço de nosso tempo é a condição herdada, é o acúmulo de tempos pretéritos, de ações e de objetos. Assim, o espaço é sempre um presente que se acolhe dialeticamente sucessões e coexistências; são o velho e do novo, tempos rápidos e lentos, tempo como ação e tempo como norma. Isto quer dizer que o espaço campinense em nosso tempo não é o mesmo do período de vila, mas sim, que o conjunto de objetos guarda temporalidades destas divisões pretéritas do trabalho, conformando uma condição única em cada instante.

O tempo é uma dimensão essencial na análise geográfica, mas não é o tempo geométrico (horas, minutos, segundos e etc.) ou a sua percepção subjetiva que aqui se fala, o que nos preocupa é o tempo e as condições de materialização ações inerentes a ele, é o tempo de instalação das coisas. O espaço social só pode ser explicado pelo tempo social que, atribui novos conteúdos/funções aos objetos. O tempo social que hoje se impõe à área central chama as velhas formas a acolher novos conteúdos funcionais que são mais modernos, mais racionais e mais fluidos.

O espaço sendo um palimpsesto, expressa tensões entre o antigo e o novo, o primeiro sendo herdado do passado, criado por e para relações pretéritas representa uma produção que ainda se faz presente no tempo presente. Por outro lado, há a produção atual do espaço, objetos e ações recém produzidos e projetadas ao devir

(reprodução). É desse modo que no ecúmeno vão sendo instituídas metamorfoses²¹ que se traduzem em *reestruturações*, como ocorreu com parte da área central conformando aquilo que consideramos como *core* da cidade, e, *refuncionalizações*, que vêm ocorrendo com o frame da área central.

A junção dessas duas categorias dá conta de alcançar a totalidade, e, legitima a tese de que o espaço é acumulação desigual de tempos. A partir disso, observamos o urbano, e, mais especificamente nosso objeto de estudo como receptáculo (mas não só isso) de formas produzidas em períodos pretéritos e próximos, a estruturação do centro de Campina Grande contém frações de tempos passados e o presente, o passado se faz presente, assim como as formas produzidas no tempo do agora projetam certas condições ao futuro, “tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro” (SANTOS, 2008, p. 252).

No espaço de nosso tempo, se instalou na área central um elenco de funções que extrapolou os antigos limites e objetos provocando a reestruturação do lugar, mas esta estruturação não é absoluta porque o espaço é apenas existência corpórea e material, havendo, pela força do lugar, resistência de algumas ruas e acolhimento de outras.

²¹ Souza explica que “refuncionalizar um espaço material significa atribuir novas funções a formas espaciais e objetos geográficos preexistentes, modificando-os muito pouco ou mesmo sem modificá-los; reestruturar um espaço material quer dizer alterá-lo muito significativamente, modificando a sua estrutura” (2013, p. 69).

Para Roberto Lobato Corrêa, “A refuncionalização traduz-se na existência de formas espaciais criadas no passado e exercendo funções no presente. É o resultado de processos pretéritos que não mais atuam sobre as formas espaciais por eles criadas. Estas passam a realizar funções do presente, sendo assim, refuncionalizadas. Deste modo o passado inscreve-se em outra temporalidade por meio de formas espaciais de tempo pretéritos” (CORRÊA, 2016, p. 134).

4. ESTRUTURA ESPACIAL E A ÁREA CENTRAL

Em primeiro lugar, a área central é um recorte muito bem delimitado onde o aspecto visível de suas formas e natureza funcional permitem reconhecê-la e diferenciá-la do todo. Todavia, é importante ter clareza que esta expressão espacial não se traduz em uma delimitação pragmática, não quer dizer que tais limites serão sempre explicitamente claros, mas sim, que este recorte pode ser identificado pela lógica das ações que acolhe.

A área central é um recorte que está contido no bairro centro e possui uma estrutura produzida a partir de duas lógicas específicas de uso do solo, esta logicidade da ação que a estrutura é puramente mercadológica, porém, uma é funcionalmente intensiva e a outra semi-intensiva, dessa forma, conforme Corrêa (1989) cria dois setores; o *Central Business District* (CBD) e a sua zona periférica. Contudo, o termo *centro* é utilizado como sinônimo de *área central*, e quando o empregamos ao longo do texto, não nos referimos ao bairro, mas sim, ao recorte estruturado a partir de uso intensivo (CBD) e do uso semi-intensiva (zona imediatamente periférica).

O CBD é o local onde se reúnem as mais elevadas exigências da população, é a maior expressão do poder urbano; o coração vivo da cidade. Nesse hipercentro se localizam as atividades mais sofisticadas do setor terciário, provocando concorrência acentuada e elevando os preços do solo, dessa forma, repele o uso residencial e de atividades que não suportam os altos custos, é por esse motivo que visualizamos pungente verticalização para melhor servirem-se das vantagens deste recorte. Se no C.B.D. há a concentração de atividades varejistas e financeiras, aparecem na sua periferia as atividades que exigem maiores espaços e menores custos (sobretudo menores custos); grandes lojas do comércio atacadista, armazéns, estacionamentos, indústrias leves, atividades comerciais de pequeno porte e residências populares o que confere uma utilização semi-intensiva da terra urbana. Corrêa (1989, p. 40-43) em sua obra o espaço urbano sistematizou as diferenças existentes entre os dois seguimentos da área central, conforme o Quadro1.

Quadro 1: Atributos dos segmentos da área central

Características do núcleo central	Características da Zona Periférica
<p>Uso intensivo do solo: trata-se da área da cidade de uso mais intensivo, com maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário. É aí que se encontram os mais elevados preços da terra, justificando-se assim a intensidade do uso do solo.</p>	<p>Uso semi-intensivo do solo: as atividades que aí se encontram são, sobretudo, o comércio atacadista, o armazenamento e as indústrias leves; há terrenos abandonados, transformados, em muitos casos, em estacionamentos. Estas atividades são fortemente vinculadas às do núcleo central e em toda cidade, beneficiando-se da acessibilidade que o conjunto da área central desfruta.</p>
<p>Ampla escala vertical: a presença de edifícios de escritórios, juntos uns aos outros, viabiliza as ligações interpessoais vinculadas ao negócio. Limitada escala horizontal: o núcleo central é limitado em termos de extensão, sendo, via de regra, possível de ser percorrido a pé.</p>	<p>Ampla escala horizontal: as atividades aí localizadas ocupam prédios baixos, sendo fortemente consumidoras de espaços.</p>
<p>Limitado crescimento horizontal: sua expansão se faz, sobretudo, por uma mais acentuada verticalização, demolindo-se os prédios mais antigos, que são substituídos por outros mais elevados</p>	<p>Limitado crescimento horizontal: seu crescimento restrito deve-se, primeiramente, ao fato de muitas das novas empresas e atividades, criadas recentemente, já não necessitam mais desta localização.</p>
<p>Focos de transporte intraurbanos: é o ponto de convergência do tráfego urbano e, em muitos casos, o ponto de baldeação para os bairros situados ao longo de diferentes direções;</p>	<p>Foco de transportes inter-regionais: a área constitui-se no mais importante foco da circulação inter-regional, aí se localizando os terminais ferroviários e rodoviários, justificando a presença de numerosos depósitos, garagens e hotéis baratos.</p>
<p>Área de decisões: no núcleo central localizam-se as sedes ou escritórios regionais das principais empresas que atuam na cidade e em sua região de influência. O Estado tem aí muitas de suas instituições. É assim o ponto focal da gestão do território.</p>	<p>Área residencial caracterizada por residências populares e de baixa classe média, muitas delas deterioradas, como cortiços, onde reside parcela da população que trabalha na área.</p>

Fonte: Corrêa, 1989. Adaptado por ANDRADE, 2020.

Conforme o autor supracitado, a acumulação de capital e necessidade de reprodução social são processos que condicionam formas e funções espaciais, e assim, o conjunto diferencial de usos reverbera uma organização espacial.

Partindo da realidade concreta, existe um conjunto de forças orientadas pelas forças do mercado que atuam ao longo do tempo (re)organizando a área central, alterando a lógica espacial de distribuição das atividades, alterando funções, produzindo (des)economias de aglomeração, criando espaços coesos e saturando outros. No movimento dialético da reprodução da área central em Campina Grande há mudanças e permanências, há uma tendência à conservação das formas e, por outro lado, vicissitudes de conteúdos e funções. Logo, como lembra Whitacker (2017, p.) “o centro, ainda que consolidado é um centro em mutação”.

No seio das práticas espaciais que conforma o nosso objeto de estudo, a proposição miltoniana (2008) do espaço como um conjunto inseparável, solidário e contraditório entre sistemas de objetos e ações, pode ser articulada com as proposições de Corrêa sobre o urbano, mais especificamente sobre interações espaciais que condicionam o processo de expansão do centro. Tal articulação conceitual nos oportuniza refletir sobre as conexões entre os dois setores do subespaço central de Campina Grande.

As interações espaciais são, para Corrêa (1997, p. 279-280):

um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, se caracterizar por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades. [...] As interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço.

Estas interações coincidem com a operacionalização do sistema de ações que, empreendidos por substratos da sociedade campinense produz e reproduz formas/objetos no centro de Campina Grande, a esses objetos – formato das ruas, formas criadas, espacialização das atividades – é dada certa envergadura que permitem ou repelem que ali se instalem determinadas funções/conteúdos.

Ao mesmo tempo, o sistema de ações provoca vicissitudes funcionais de determinadas formas do centro. É claro que, “objetos não agem, mas, “podem nascer predestinados a certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se torna indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-

lhes um sentido” (SANTOS, 2008, p. 86), a precedência do processo é dada pelas ações, que criam e se realizam nos objetos onde dada função ou conteúdo por exigência da divisão do trabalho atual desembocam nos objetos. Assim, o conjunto diferencial de usos do solo se constitui por um sistema de ações demasiadamente complexo que engendra igual diversidade de formas, de objetos e de materialização do trabalho humano. É por essa reprodução do espaço que a sociedade se geografiza.

Ao observarmos as interações espaciais na área central de Campina Grande constatamos a ocorrência do processo de expansão do centro pelas vias de sua zona periférica, onde, determinadas ruas que representam importantes artérias de ligação dos bairros à área central como também são ruas de ligação das cidades que estão na área de influência de Campina e que têm ponto de chegada o centro, paulatinamente vem sofrendo o processo de negação da sua condição inicial e acolhendo conteúdos do setor terciário em obediência a nova lógica organizacional do sistema de ações que reproduzem o espaço de nosso tempo.

Por uma questão de sustentação teórica, não podemos tratar do processo de conformação da área central de Campina Grande, sem antes dedicarmos alguns parágrafos a explicar o que entendemos/consideramos por estrutura espacial urbana²². Conforme Santos (1985), a compreensão do movimento de dada produção espacial requer a operacionalização das subcategorias espaciais em seu relacionamento dialético de *forma, função, processo e estrutura*. A primeira subcategoria, *forma*, é o aspecto visível dos objetos, é a dimensão sensível perceptível aos olhos, é a sua aparência. Casas, ruas, avenidas, fábricas e etc., são exemplos de formas espaciais.

Contudo a consideração da dimensão visível/formal é apenas ponto de partida, mas não de chegada, porque aparência e não essência. Deste modo as formas dos objetos da área central de Campina Grande são a primeira aproximação ao entendimento das metamorfoses, no sentido que, são testemunhas (mesmo que residuais) de como o solo está sendo utilizado pela hodierna divisão do trabalho.

Ao abordar o temário da forma na evolução urbana da cidade de Rio de Janeiro, Mauricio de Abreu (1987), afirmou que a cidade – e entendemos que suas

²² Apesar de o termo ser recorrente nos trabalhos de morfologia urbana, há pouca clareza sobre o que ela significa. “Quase todos a citam, mas raros são aqueles que se preocupam em defini-la com precisão, e mais raros ainda são os que avaliam as repercussões das diversas visões estruturais adotadas em suas concepções e análises do urbano” (TOURINHO, 2011, p. 111).

frações/recortes também o é – é uma coleção de formas geográficas que podem ser analisadas *per se*, ou, pelo conteúdo das formas. A forma pela forma é objeto de interesse do Urbanismo, a forma e seu conteúdo, é interesse da Geografia. Nesse sentido a cidade, bem como sua área central,

é composta de formas antigas, testemunhos de períodos anteriores de organização social, e formas novas, características de momentos mais recentes da organização social. [...] Formas morfológicas antigas podem, pois, ser chamadas a realizar funções totalmente distintas daquelas para as quais foram criadas; podem inclusive desaparecer, se assim o determinar a dinâmica da organização social (ABREU, 1987, p. 30-31).

A análise da forma pela forma representa um espacialismo geométrico o que resulta em uma compreensão meramente abstrata, é como se retirássemos o conteúdo social do espaço e pensássemos a materialidade, quando na verdade há uma união indissociável entre objeto e função/conteúdo. Na concepção miltoniana a significação que surge pela relação entre função e matéria é viabilizada pelo evento²³, a cada totalidade a transformação de possibilidades em potência refazem a lógica de configuração das funções e formas. É por isso hoje há nas ruas centrais – no recorte *frame* –, o acolhimento de funções mercadológicas que tornam os objetos também mercadológicos e os incorpora a estrutura econômica da centralidade, assim, as funções terciárias dos objetos e da estrutura espacial são a sua natureza.

Para Corrêa (2016, p. 127), processo é “tempo e movimento” e forma “pausa e espaço” corroborando com a assertiva de Corrêa, Santos (2008) nos diz que podemos ver o tempo materializado na paisagem através das formas, sem a produção dos objetos o tempo seria abstração, nesta direção “o espaço pode congelar o tempo. A refuncionalização de formas antigas é o melhor exemplo” (CORRÊA, 2016, p. 127).

Ainda com base no entendimento de Milton Santos sobre as subcategorias, a análise do evento da expansão do centro deve ir além do par forma/função, pois, a natureza histórica estaria sendo desprezada, não tocaríamos a essência, mas sim, apenas o sensível da condição relacional entre objeto e ação do presente. Para avançar no temário, as noções de *estrutura* e *processo* dão fundamentos para tal.

²³ Conforme Santos (2017, p. 95) “Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente”.

Os objetos e suas funções reunidos formam uma estrutura, é esta estrutura no sentido de organização e disposição dos objetos bem como as ações que acolhem que explica no plano espacial a mudança da natureza dos objetos individuais onde, a condição dos objetos da área central é produto do *processo*, entendido como sucessivas ações conjuntas que chegam a um dado resultado/realidade.

Sobre a noção de estrutura, Tourinho escreve que esta se refere ao modo como as partes estão dispostas e organizadas em um todo, e lembra que não basta haver um conjunto de partes justapostas, é preciso haver dinâmicas entre elas. Para a autora, o todo possui alguns elementos/relações substanciais que, quando alterados provocam mudanças substanciais nos outros elementos, esse conjunto essencial para o funcionamento do todo seria a estrutura e, o todo, o sistema. A estrutura seria uma fração do todo, um subsistema que ordena a totalidade.

Como o sistema que integra, a estrutura comporta leis internas que a conservam e a modificam, leis essas que estão relacionadas com as leis do todo. [...] a estrutura é uma das dimensões analíticas do sistema, uma dimensão importante, mas que não o esgota; ela se conserva e/ou se enriquece no jogo das suas informações internas e externas (TOURINHO, 2011, p. 80).

Em resumo, a autora diz que

a estrutura urbana é uma das categorias importantes para a apreensão do sistema espacial urbano. Ela refere-se à maneira como as partes mais importantes se organizam na totalidade espacial urbana. Não é, portanto, composta por um conjunto de elemento/relações agrupados ao acaso, mas sim um conjunto de elementos/relações essenciais, ou seja, de elementos/relações que têm a capacidade de, ao ser modificado, alterarem os demais” (TOURINHO, 2011, p. 114).

Pela interpretação dialética proposta, o espaço é uma realidade que está em permanente processo de mudança, o sistema de ações a cada estado técnico redefine os usos, funções e configurações dos objetos na área central. Em nosso tempo a totalidade do sistema de ações tem reconfigurado a forma espacial do centro, expandindo-o. E assim, provoca transformações morfológicas e funcionais naquilo que é o seu *Core* e *Frame*. Nessa direção, nos interessa pensar como estas duas expressões espaciais (*core* e *frame*) estão sendo (re)organizadas e como se interpenetram. Aproximando a teoria miltoniana ao estudo proposto, as formas são os objetos residenciais, suas funções são agora organizadas pela expansão do

consumo, o processo que as organiza é uma articulação entre o local e o global mediado pela reprodução da acumulação, conformando uma estrutura espacial–Core e Frame – a partir da mercantilização mais ou menos intensiva.

4.1 A área central como totalidade

O conjunto *Core e frame* é uma condição concreta, fruto do processo de centralização e da acumulação de trabalho ao longo do tempo. Há neste subespaço grande concentração econômica, densidade de estabelecimentos e de oferta de serviços, este acúmulo de fixos e a diversidade de conteúdo econômico produz fluidificação de pessoas, mercadorias, capitais e informações, é esta condição relacional que viabiliza a forte centralidade atual. Esta realidade se caracteriza antes de mais nada como “o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades, e em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam, para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela” (SPOSITO, 1991, p. 2), é o lugar de reprodução demasiada de capital.

A área central sendo lócus das principais atividades de comércio e serviços e, da organização pública e privada da cidade possui uma natureza dialética de atração e dispersão, esse movimento é permeado por uma combinação específica de lógicas que permite sua centralidade, segundo Tourinho (2004, p.4)

Ocorre que quatro características auxiliam na definição do centro: a acessibilidade, a mobilidade, a adequação e a localização. A acessibilidade é um fator básico na definição do centro, posto ser ele o lugar de máxima atração na cidade. Já a mobilidade dá-se no próprio centro, como forma de permitir a circulação e evitar-lhe o travamento, daí ser uma qualidade física que o espaço garante às coisas, o que se traduz em fluidez, posto que a mobilidade assegura a organização desse espaço. A adequação é outra marca do centro, referida a equipamentos urbanos ou a características ou usos, próprios ou adquiridos, do espaço de uma área, que lhe permite gerenciar diferentes contingentes de usuários que lhe propiciem a utilização e lhe desfrute os recursos. Por fim, tem-se a localização, compreendida como a soma das vantagens que um específico local do território apresenta devido às condições de sua particular circunstância, que lhe dá algum tipo de identidade: física, funcional, formal, topológica, simbólica, socioeconômica ou legal.

Uma contribuição de grande envergadura ao estudo do intraurbano no Brasil é a de Villaça (1998), que em certos pontos reforça e vai além da proposição de Tourinho ao tratar da questão da localização e da acessibilidade, em suas reflexões

conclui que sendo o espaço urbano produzido pelo trabalho social, este trabalho, inevitavelmente produz um valor. O autor põe em relevo que é preciso considerar dois valores, o primeiro é o dos produtos entre si – dos objetos criados –, e, o segundo é o valor da aglomeração, dado pela localização dos objetos. Nas palavras do autor “a localização se apresenta assim como um valor de uso da terra” (VILLAÇA, 1998, p. 72). Sendo assim, a valoração dos terrenos e imóveis é condicionada pela localização e sua possibilidade de acesso e aglomeração, essa condição eleva sobremaneira o preço da terra na área central – sobretudo no C.B.D –, devido sua vantagem locacional. Logo, paga-se não só pela materialidade dos objetos, mas também, por sua localização, garantido aos espaços mais centrais a instalação de objetos da lógica mercantil.

Em se tratando de acessibilidade, Villaça propõe que ela

[...] é o valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra o tenha em maior ou menor grau. A acessibilidade de um terreno ao conjunto urbano revela a quantidade de trabalho socialmente necessário dispendido em sua produção. Quanto mais central o terreno, mais trabalho existe dispendido na produção dessa centralidade, desse valor de uso. (VILLAÇA, 1998, p. 73).

A forma como o núcleo primaz vai sendo organizado e reorganizado pela sucessão de escritas e formas-conteúdo, possibilita, acima de tudo a acessibilidade, à medida que a cidade cresce as vias para ele convergem, dessa forma, a área central é consolidada como ponto nodal para o deslocamento diário de pessoas, mercadorias, capitais e informação.

5. A REFUNCIIONALIZAÇÃO DAS ARTÉRIAS DA ÁREA CENTRAL

No movimento dialético o processo de expansão/refuncionalização das formas-conteúdo do centro se dá em um espaço já construído. A área central de Campina Grande resguarda alguns objetos rugosos que expressam lógicas de organização de períodos passados, e, objetos recém-criados. Estes, apesar de assíncronicos em criação, funcionam sincronicamente e tiveram seu conteúdo transformado pelo sistema de ações do presente fundamentado na expansão de atividades econômicas tipicamente centrais²⁴ em detrimento do uso residencial dispostos nos eixos que irradiam para o core, havendo desse modo, sobreposição do valor de troca à utilidade da gênese de sua existência material.

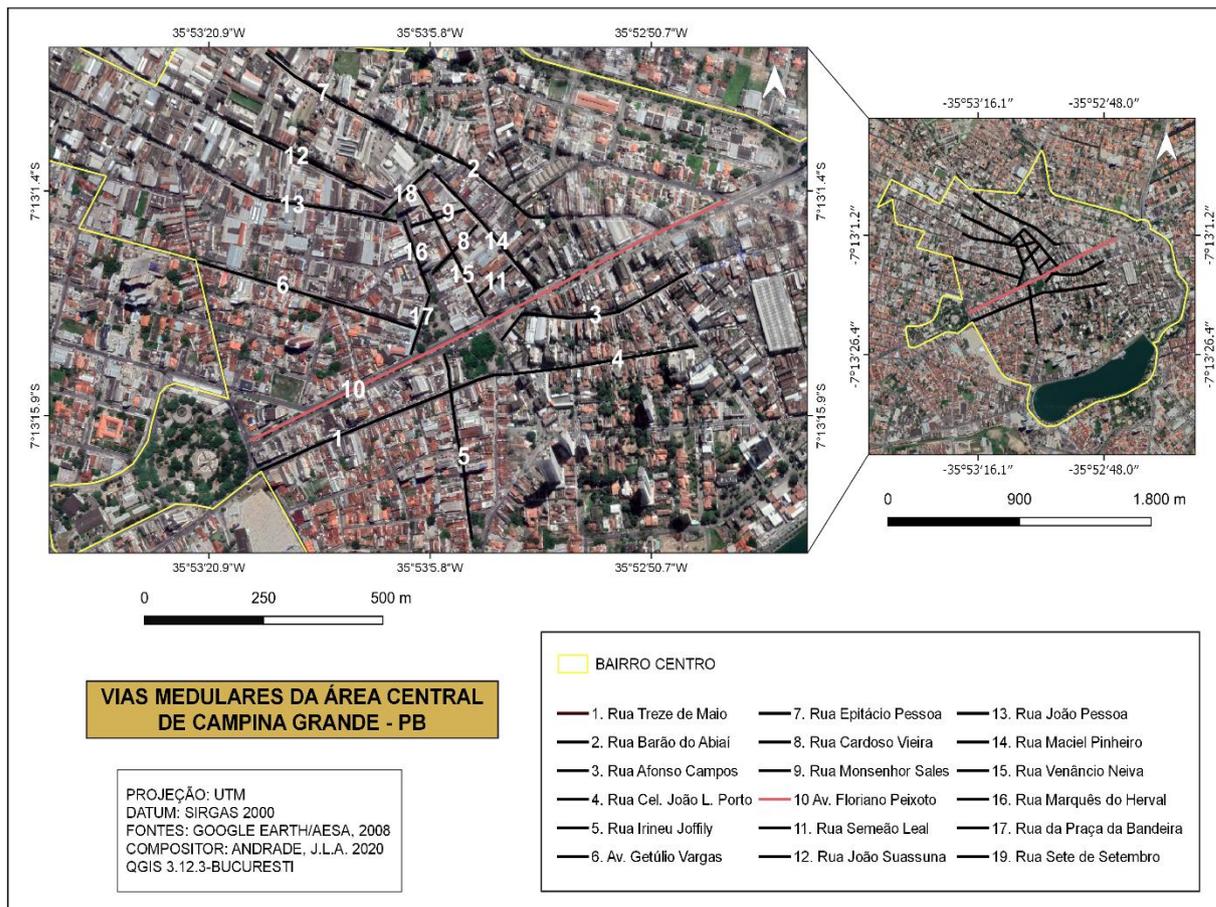
Também é comum observarmos a alteração do conteúdo/função dos objetos sem que haja alteração morfológica, isso se dá em razão de que algumas formas apresentam a possibilidade de acolhimento e readaptação de certas funções em curto período de tempo e sem custos altos.

Assim, antigas residências que passaram a ter função comercial/serviços acolhem por certo período uma diversidade de conteúdo. A condição de permanência do conteúdo por tempo mais ou menos longo, se dá pela capacidade de transformar custos em lucro, capacidade está que condiciona o valor funcional da forma.

Ao tropel de transformações de conteúdo, à mesma forma e em curtos períodos de tempo, Corrêa (2011, p. 134) explica que não há regularidade nas transformações “assim, um cinema pode ser refuncionalizado em agência bancária, supermercado ou templo religioso; enquanto uma estação ferroviária em museu, shopping center ou centro cultural; uma fábrica em shopping center”, as formas estão sempre mudando de significação.

Em nosso estudo, optamos por utilizar o trecho da Avenida Floriano Peixoto como norte da pesquisa, analisamos algumas artérias ao Norte e ao sul da Avenida com o olhar voltado para questões como o uso semi e intensivo do solo, diversidade de atividades do setor terciário e, sobretudo ao percentual residencial (ver mapa 1).

²⁴ De modo geral, as atividades tipicamente centrais correspondem ao comércio e serviços no modo varejo, bem como instituições do poder público e privado; escritórios, sedes de empresas, núcleos de gestão do território e etc., as atividades não-centrais se referem ao uso do solo para funções residencial, industrial, comércio atacadista, especulação da terra em lotes vagos e etc.

Mapa 1: Vias medulares da área central de Campina Grande - PB

Fonte: ANDRADE, novembro de 2020.

O recorte que fizemos inicialmente constitui grande parte da área central e é composto por vias medulares. Contudo, centramos nossa análise apenas nas ruas que de algum modo apresentam uso residencial (ver mapa 2, p.73) , seja ele em quantidade maior ou residual. Isto implica que, as ruas inteiramente mercadológicas e que coincidem com o CBD não serão abordadas, pois, nosso interesse são áreas de transformação e expansão funcionais. É preciso lembrar ainda que não tratamos de enumerar as formas de comércio em seus diferentes conteúdos, até porque são muito volúveis, mas sim, entendê-las como um fenômeno abrangente que em uma relação dialética com os objetos produz as transformações dos objetos residenciais da área central.

5.1 Ruas ao Norte da Av. Floriano Peixoto

5.1.1 Rua Barão do Abiaí

A rua Barão do Abiaí é uma das artérias que compõem o CBD e que integra um *continuum* junto com outras duas ruas: a Peregrino de Carvalho e a Eptácio Pessoa. Ao Norte e Nordeste deste *continuum* observamos um uso semi-intensivo do solo com maior percentual residencial e objetos que exigem maiores espaços, portanto, início da periferia central.

Esta via apresenta, conforme o trabalho de campo, uma sequência de objetos que possuem natureza comercial onde mais de 50% do chamado trabalho morto está objetivado pelo comércio, expresso no (Quadro 2). Situação semelhante ocorre com sua continuação na Eptácio Pessoa. Este continuum, no processo de centralização já apresentava atividades comerciais, porém, em quantidade e qualidade modestas, sendo a natureza das ruas ainda residencial, hoje a cifra residencial é ínfima e cada vez mais afastada do CBD.

Quadro 2: Funções da Rua Barão do Abiaí

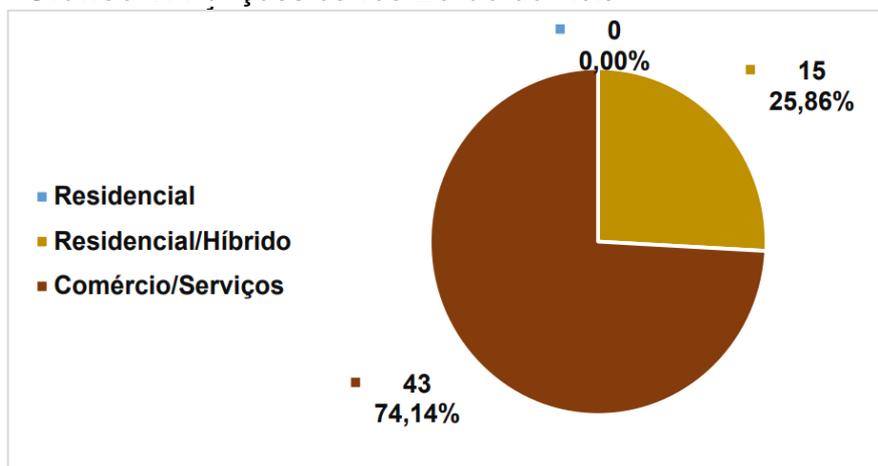
Funções	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
	2011	2011	2015	2015	2020	2020
Residencial	0	0	0	0	0	0
Edifício Residencial	4	6,7	3	5,1	3	5,1
Comercial	30	50,8	32	55,1	35	60,3
Serviços	5	8,4	9	15,5	7	12,1
Residencial/Comercial	11	18,6	12	20,3	10	17,2
Residencial/Serviços	3	5	1	1,7	2	3,4
Serviço/Comercial	6	10,1	1	1,7	1	1,7
Total	59	100	58	100	58	100

Fonte: ANDRADE, 2020.

Não há sequer um único objeto puramente residencial nesta rua, quando equacionamos as funções acima há em 2020 uma cifra de 24% de objetos que abrigam ao mesmo tempo função residencial e o setor terciário. Contudo ainda há muitas formas híbridas, estas são sobrados ou prédios maiores em que o térreo é

utilizado para fins comerciais e os andares acima são moradias. O comércio varejista popular (ver gráfico 1) é a maior expressão da rua e por estar próximo à antiga rodoviária condiciona intenso fluxo de pessoas que vem de outras cidades e passam pelo CBD da área central.

Gráfico 1: Funções da rua Barão do Abiaí



Fonte: Elaborado por ANDRADE, 2020.

Esta rua, como mostra a tabela e o gráfico, é uma artéria que não apresenta mais a função residencial pura, a funcionalidade é residual e se encontra em formas híbridas que abrigam funções comerciais e/ou de serviços, há um número considerável de prédios de dois ou mais pavimentos onde o térreo abriga atividades comerciais e acima aluguéis de pensionatos.

5.1.2 Rua Epitácio Pessoa (até o cruzamento com a Rua João da Silva Pimentel).

A Rua Presidente Epitácio Pessoa é uma das artérias que conecta a zona periférica ao CBD, além de ser a continuidade da rua Barão do Abiaí, se liga ainda às Ruas Maciel Pinheiro e Sete de Setembro ambas caracterizadas pela forte presença de capitais fixos. Na proximidade imediata ao core, apresenta pungente variedade comercial, à medida que se afasta é possível observar a presença de antigas residências e curtos trechos de uso semi-intensivo. Devido à proximidade ao núcleo central e ao contato com outras ruas importantes há intenso fluxo de pessoas e veículos, isto explica a presença dos cinco grandes estacionamentos ali instalados.

Esta rua vem, paulatinamente sofrendo a refuncionalização das formas residenciais residuais, como constatado em levantamento, em 2011 em termos de função residencial pura restavam 17 residências e 4 edifícios²⁵/hotéis, no período da pesquisa em campo (setembro de 2020) restavam apenas 8 residências. A negação deste movimento é o aumento de formas com funções comerciais e, sobretudo de serviços, que passou de 12% em 2011 para mais de 30% em 2020, como mostra o quadro 3.

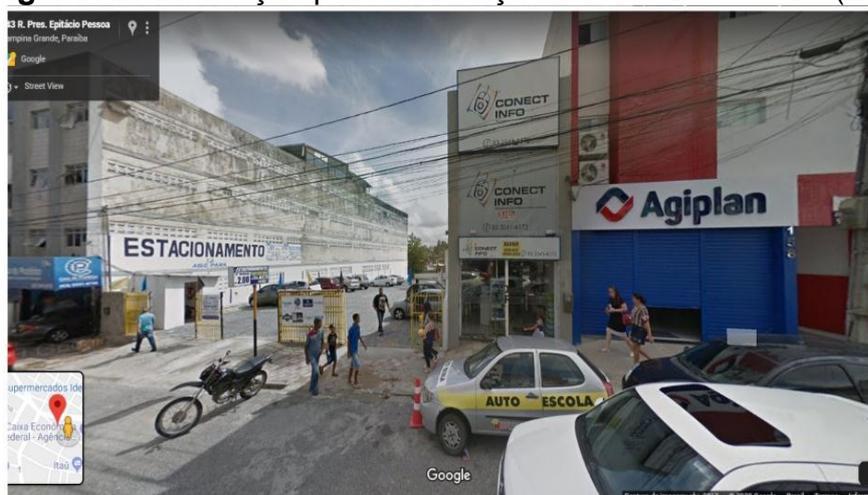
Algumas formas nesta rua exigem terrenos maiores, como estacionamentos, restaurantes, bancos e lojas automotivas, percebemos também que há um processo de especialização – no recorte periférico da rua – em comércio e serviços automotivos, próximo a essas lojas estão os cruzamentos com as ruas Vigolvinho Vanderlei e Professor Mauro Luna, ruas estas que ainda são majoritariamente residenciais. Já o beco nominado de Padre Ibiapina que interliga a Rua Eptácio às ruas João Suassuna e João Pessoa tem forte dinâmica comercial e se incorporam em sua totalidade ao core. A partir do cruzamento deste beco com a Eptácio Pessoa, as condições de uso do solo a caracteriza como frame, anterior a este cruzamento até a conexão com a Barão do Abiaí, se integra ao CBD. Visualizamos na rua em tela, uma variedade de 26 formas-conteúdo, sendo majoritariamente comercial. Através do Google Maps foi possível apreender algumas metamorfoses de forma, função e conteúdo, como evidenciam as imagens abaixo 7A e 7B, que registram o mesmo recorte espacial em dois momentos distintos.

Imagem 7A: Antiga residência com função terciária (2015)



Fonte: Google Maps, 2020.

²⁵ Aqui tratamos como edifícios as construções com três pavimentos ou mais.

Imagem 7B: Demolição para construção de estacionamento (2016)

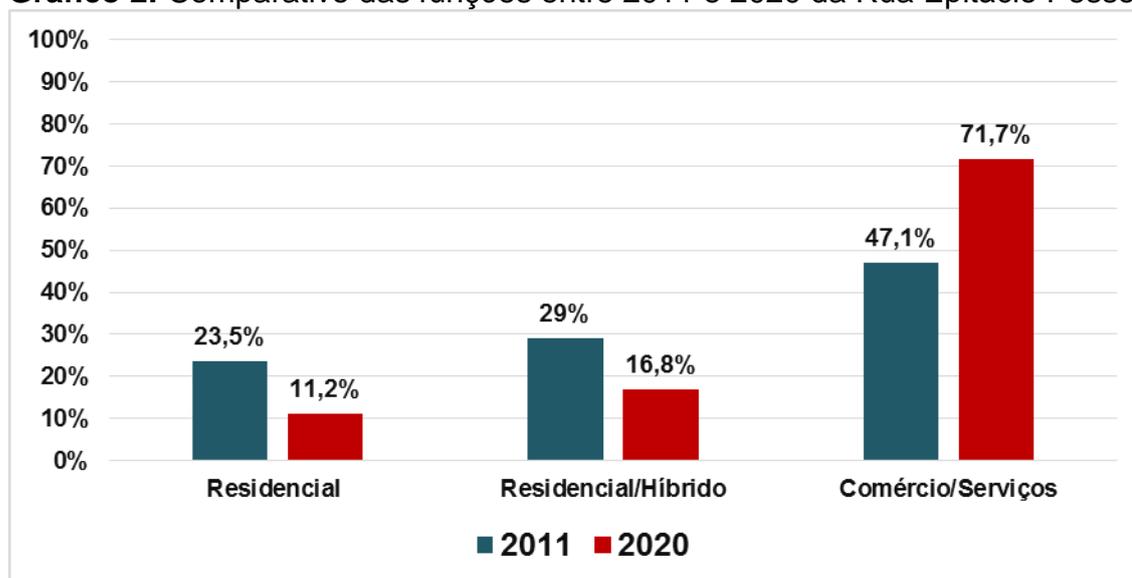
Fonte: Google Maps, 2020.

As demolições de residências para darem lugar a estacionamentos se constitui como um processo comum há algumas ruas que estudamos, pois, a área central, conformada na década de 1940, apresentava modesto fluxo de automóveis, por isso, não havia a necessidade de numerosos espaços destinados a estacionamento. Condição distinta ocorre hoje, observamos que algumas artérias (como Av. Getúlio Vargas, Epitácio Pessoa, João Lourenço Porto e Afonso Campos) chegam a abrigar cinco grandes estacionamentos, muitos destes criados a partir da demolição de outras formas.

Quadro 3: Funções da Rua Epitácio Pessoa (até o cruzamento com a Rua João da Silva Pimentel).

Função	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
	2011	2011	2015	2015	2020	2020
Residencial	17	23,6	11	15,2	8	11,2
Edifício Residencial	4	5,5	4	5,5	4	5,6
Comercial	21	29,1	26	36,1	25	35,2
Edifício Comercial	4	5,5	4	5,5	4	5,6
Serviços	9	12,5	18	25	22	30,9
Residencial/Comercial	10	13,8	7	9,7	5	7
Residencial/Serviços	7	9,7	2	2,7	3	4,2
Total	72	100	72	100	71	100

Fonte: ANDRADE, 2020.

Gráfico 2: Comparativo das funções entre 2011 e 2020 da Rua Epitácio Pessoa

Fonte: Elaborado por ANDRADE, 2020.

Por ser residual a função residencial, a Rua apresenta natureza e aparência de puramente terciárias devido ao acolhimento em grande quantidade de equipamentos do circuito superior e que exigem altos custos devido à localização, voltados ao consumo popular. Hoje há um processo já consolidado, não houve grandes mudanças no recorte temporal por nós estabelecido, apenas a reprodução do processo que caminha para uma finalidade que é a generalização das funções do setor terciário.

5.1.3 Avenida Getúlio Vargas

Esta Avenida foi a artéria que passou por maior processo de transformação residencial para comércio e serviços. Nela existem – na última fase da pesquisa – poucas formas híbridas, objetos multifuncionais (ver quadro 4 e gráfico 2). Ao contrário de outras vias estudadas, a fase do hibridismo na Getúlio Vargas já foi superada, os objetos em sua maioria foram quase que totalmente refuncionalizados e tiveram seu aspecto visível alterado. Há forte expressão de oferta de serviços, sobretudo ao que se trata de conteúdo em informática criando uma expressão espacial especializada pelo processo de coesão funcional, onde os objetos e suas respectivas atividades acolhidas forma um conjunto economicamente funcional que potencializa a atração de consumidores. Este processo (coesão) e sua forma espacial (forma-conteúdo) são um dos elementos de estruturação da área central, as

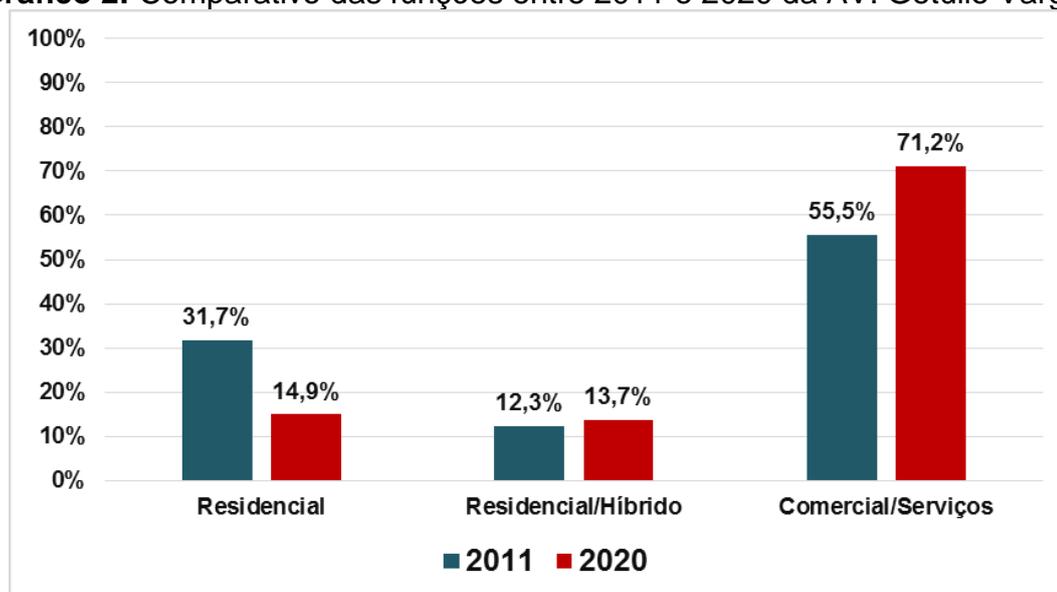
ruas são objetivadas de tal maneira que a elas são empregadas especificidades, no caso da avenida em tela, sua singularidade é dada pela oferta de aparelhos e serviços tecnológicos. Dessa forma, a avenida já está incorporada ao centro comercial embora não tenha sido tocada pela reforma.

Quadro 4: Funções da Av. Getúlio Vargas (até o cruzamento com a Rua Índios Cariris).

Forma/Função	Quant. 2011	% 2011	Quant. 2015	% 2015	Quant. 2020	% 2020
Residencial	23	28,3	12	15	11	13,7
Edifício Residencial	6	7,4	6	7,5	6	7,5
Comercial	10	12,3	10	12,5	29	36,2
Serviços	32	39,5	36	45	26	32,5
Residencial/Comercial	1	1,2	2	2,5	2	2,5
Residencial/Serviços	3	3,7	2	2,5	3	3,7
Serviço/Comercial	3	3,7	3	3,7	2	2,5
Residências deterioradas	3	3,7	0	0	1	1,2
Fechado/Aluga-se	0	0	9	11,2	0	0
Total	81	100	80	100	80	100

Fonte: ANDRADE, 2020.

Gráfico 2: Comparativo das funções entre 2011 e 2020 da AV. Getúlio Vargas



Fonte: Elaborado por ANDRADE, 2020.

Alguns objetos, assim como a antiga fábrica Marques Almeida (ver imagem 8) constituem uma rugosidade espacial, herdada do período áureo algodoeiro, hoje, se encontra em sua totalidade repartida em cômodos comerciais/serviços e representa aquilo que se chama de protusão funcional. Se naquele período expressava a natureza das relações industriais, no tempo do agora é incorporada à lógica comercial e se insere no movimento de expansão do setor terciário. Esse movimento de sucessão constante das formas-conteúdo vem do movimento de reorganização do modo de produção da vida social, na observação de Santos (2008, 2017) cada modo de produção cria objetos que tendem a durar mais que o tempo do processo que os formou, assim, estes objetos rugosos são resquícios de divisões do trabalho e de lógicas do uso do solo e de organização social pretéritas.

Imagem 8: Antiga Fábrica têxtil Marques Almeida



Fonte: ANDRADE, setembro de 2020.

A questão que se coloca é sobre a envergadura desses resíduos do passado, estes, em par com o novo, permitem ações solidárias no funcionamento da estrutura central, criando a diferenciação da valorização funcional do espaço no meio presente. Além disso, muitos prédios intencionalmente residenciais possuem em seu térreo funções comerciais e/ou de serviços. Assim como a Rua Epitácio Pessoa, até certo ponto, próximo ao centro de gravidade, a Getúlio Vargas apresenta uso intensivo do solo, à medida que se afasta para a direção oeste, apresenta dinâmica semi-intensiva – do encontro com a Rua Índios Cariris em diante o solo urbano é consumido em maior parte pelo uso residencial.

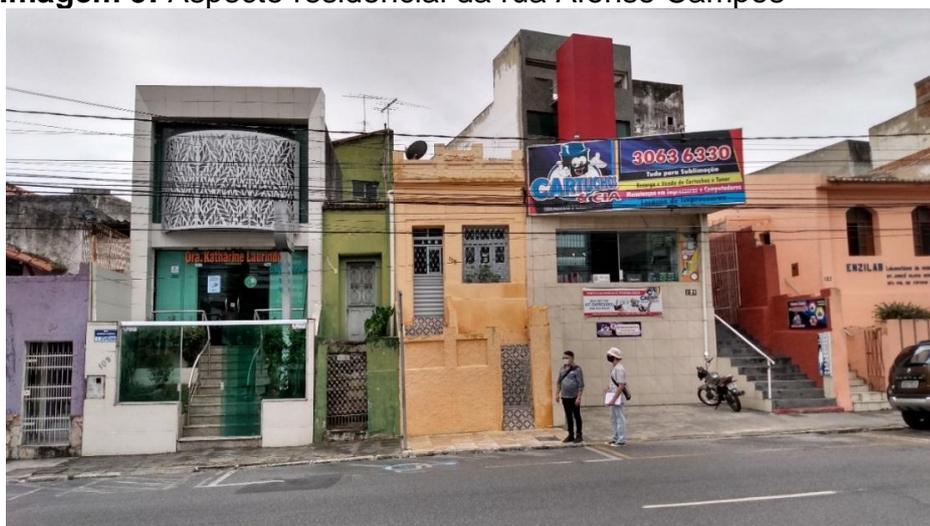
5.2 Ruas ao Sul da Av. Floriano Peixoto

5.2.1 Rua Afonso Campos

A Afonso Campos, antiga Rua do Meio, localizada por trás da Av. Floriano Peixoto, foi assim como outros Logradouros no período da reforma urbanística, reduto de gente pouco querida pela municipalidade²⁶, logo, estas vias não entraram no projeto da reforma e apresentam um traçado sinuoso e com alguns resquícios residenciais (Imagem 9), o que, representa também uma rugosidade e a evolução desigual do espaço no infundável processo de totalização onde o novo todo é produzido, havendo o acolhimento diferencial pelo espaço.

Hoje apresenta objetos que atendem muito mais ao comércio (ver quadro 5) que à oferta de serviços, as antigas residências – via de regra estreitas – são tornadas casas de comércio varejista e escritórios. Contudo, a mudança funcional e alteração conteudista constante, ainda não escamoteou o aspecto residencial (Imagem 10). A antiga rua do meio dá acesso a feira central da cidade e por isso se caracteriza por intenso fluxo de transeuntes e veículos. Apesar da intensa natureza comercial que chega a cifra de quase 50% dos objetos, o aspecto formal da rua ainda lembra uma rua residencial. O seu processo de refuncionalização ainda está na fase do hibridismo.

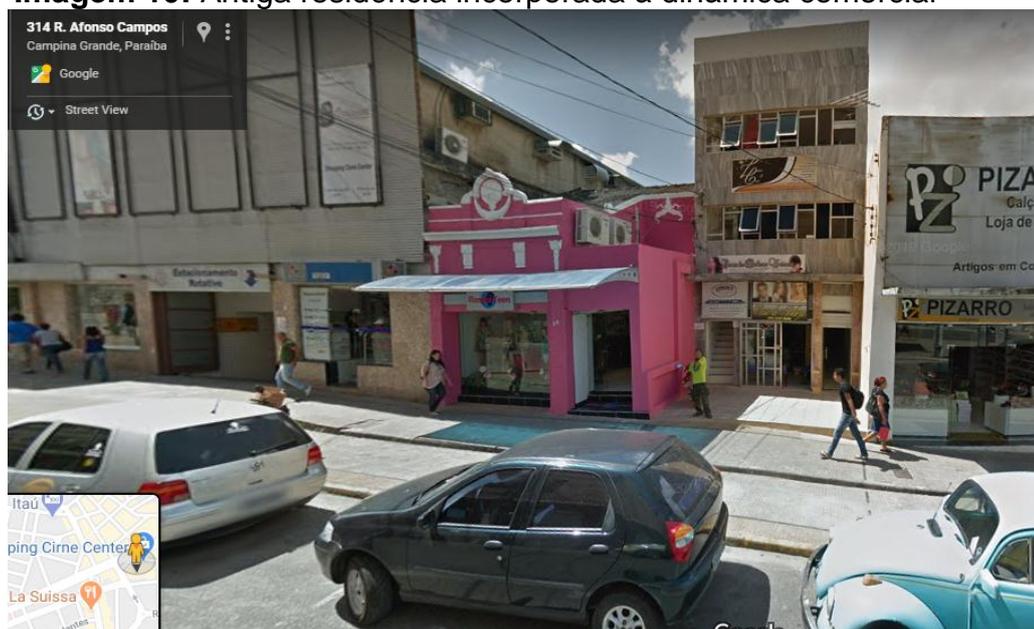
Imagem 9: Aspecto residencial da rua Afonso Campos



Fonte: ANDRADE, 2020.

²⁶ De acordo com França (2012, p. 50) “Ruas como a Peregrino de Carvalho (do Emboca), Vidal de Negreiros, Afonso Campos (tradicional reduto da oposição), foram Logradouros que não sofreram intervenções no sentido de deixá-las ‘retas’ de acordo com os preceitos do urbanismo moderno. Estas Ruas não estavam no roteiro preferido da elite campinense”.

Imagem 10: Antiga residência incorporada à dinâmica comercial



Fonte: Google Maps, 2020.

A incorporação das antigas residências com a preservação de sua fachada evidencia que a generalização da mercadoria e da transformação funcional se apropria também da dimensão simbólica dos objetos, logo, a natureza e aparência de objetos de divisões pretéritas do trabalho são reelaboradas no espaço de nosso tempo. Se no período da reforma houve aversão às formas pretéritas que lembravam o passado e às temporalidades de um período colonial, hoje, do ponto de vista da reprodução das atividades comerciais é interessante preservar estes resquícios passados não só pelo movimento de valorização da memória e histórias passadas, mas também pela busca de elementos de diferenciação e destaque dentro do todo.

Quadro 5: Funções da rua Afonso Campos

Função	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
	2011	2011	2015	2015	2020	2020
Residencial	13	18	10	13,7	9	12,3
Edifício Residencial	3	4,1	2	2,7	3	4,1
Comercial	15	20,8	23	31,5	27	36,9
Edifício Comercial	6	8,3	8	10,9	4	5,4
Serviços	14	19,4	16	21,9	25	34,2
Residencial/Comercial	8	11,1	6	8,2	3	4,1

Serviço/Comercial	12	16,6	8	10,9	2	2,7
Formas deterioradas	1	1,3	0	0	0	0
Total	72	100	73	100	73	100

Fonte: ANDRADE, 2020.

A maior centralidade da antiga rua do meio ocorre nas proximidades da feira central onde a condição da dinâmica dos objetos e ações no recorte fazem surgir majoritariamente pequenos comércios que atendem principalmente a população das cidades circunvizinhas. Distanciando-se da feira e aproximando-se do centro de gravidade a dinâmica dos objetos passa a ser em serviços como; escritórios de advocacia, clínicas odontológicas, laboratórios médicos e etc.

No período estudado não houve grandes transformações quantitativas do uso residencial para comercial, mas sim, de formas híbridas que foram completamente refuncionalizadas. Em 2011 ocupavam 20 objetos residenciais e em 2020, apenas 5, sendo as outras 15 ocupadas pela função única de comércio ou serviços. Nesse sentido, o conflito funcional não ocorre só entre uso residencial e comércio/serviços mas também entre o uso para o comércio e para o serviço.

5.2.2 Rua Irineu Joffily

A Rua Irineu Joffily foi no período algodoeiro o caminho para a estação ferroviária, era por esse caminho que o algodão armazenado nas praças e armazéns do Centro era destinado ao embarque do trem, apesar do fluxo de pessoas e mercadorias, se constitui como uma rua residencial e de moradias populares. A transformação mais simbólica desta via certamente foi a refuncionalização do Babilônia Center, um dos principais cinemas da cidade. Inaugurado em 1939 funcionou até o ano 2000, e passou a abrigar pequenas galerias.

Hoje, assim como a Getúlio Vargas e a Eptácio Pessoa, é uma via que se situa entre o *Core* e o *Frame*. Contudo, a condição de uso funcional dos objetos está mais próxima à periferia do que ao centro, o processo de transformação (ver quadro 6) ainda está no estágio inicial, as formas residenciais estão sendo pouco a pouco alteradas em termos de função, contudo, seu aspecto de moradia ainda é fortemente presente.

Quadro 6: Funções da Rua Irineu Joffily

Função	Quant. 2011	% 2011	Quant. 2015	% 2015	Quant. 2020	% 2020
Residencial	28	33,7	22	26,8	19	22,8
Edifício Residencial	3	3,6	3	3,6	3	3,6
Comercial	25	30,1	32	39	35	42,1
Serviços	17	20,4	17	20,7	21	25,3
Residencial/Comercial	2	2,4	3	3,6	2	2,4
Serviço/Comercial	4	4,8	3	3,6	1	1,2
Formas deterioradas	3	3,6	2	2,4	2	2,4
Total	82	100	82	100	83	100

Fonte: ANDRADE, 2020.

A acessibilidade ao núcleo central é elemento fundamental à metamorfose funcional, esta rua é, no plano da circulação de veículos via de dispersão do centro e não de encontro. A transformação recente ocorre pela centralidade dos equipamentos educacionais ali instalados, as antigas residências agora abrigam conteúdos como lanchonetes, livraria, restaurantes, papelarias, lojas de vestuário e de informática e etc.

5.2.3 Rua Tiradentes

Visualizamos nesta rua, a inércia do uso da terra, há, por enquanto, a preservação tanto da forma quanto da função/conteúdo. Constatamos a permanência majoritária do uso residencial, apesar de ser uma das ruas do Bairro Centro, paralela à Treze de Maio e, via de ligação da Rua Irineu Joffily à Sebastião Donato (rua do Parque do Povo). Tal permanência em um centro em mutação pode ser explicada “pela inexistência de conflitos com outros possíveis usuários do solo urbano em torno” (CORRÊA, 1989, p. 76) pela racionalidade economicista, a venda/aluguel das casas para uso comercial e de serviços seria consideravelmente lucrativa aos proprietários, todavia, ainda não ocorreu. Assim, em cada subespaço há uma condição particular de acolhimento às transformações, às ações e aos objetos.

À especificidade desta rua, combina as possibilidades do agora oferecidas pelo todo e, o que resta da particularidade de uma totalidade já superada, como resultado ocorre a resistência do espaço ao impacto dos novos eventos (ver quadro 7). A isso Santos chamou de *inércia dinâmica* das formas-conteúdo.

Quadro 7: Funções da rua Tiradentes

Função	Quant. 2011	% 2011	Quant. 2015	% 2015	Quant. 2020	% 2020
Residencial	51	69,8	51	69,8	50	68,4
Edifício Residencial	6	8,2	6	8,2	6	8,2
Comercial	1	1,3	1	1,3	2	2,7
Serviços	6	8,2	6	8,2	6	8,2
Residencial/Comercial	1	1,3	1	1,3	1	1,3
Residencial/Serviços	2	2,7	2	2,7	2	2,7
Prédios comerciais/serviços	4	5,4	4	5,4	4	5,4
Terrenos	2	2,7	2	2,7	2	2,7
Total	73	100	73	100	73	100

Fonte: ANDRADE, 2020.

A rua possui uma cifra de quase 80% do uso residencial e alguns poucos objetos do setor terciário. A mesma condição pode ser visualizada em várias ruas do Bairro Centro que pela lógica de sua localização deveriam apresentar forte dinâmica comercial, mas não o são. Esse fato leva a compreensão de que a área central não se dá em um polígono, círculos concêntricos ou em alguma estrutura desta natureza, mas sim, por vias.

5.2.4 Rua Miguel Couto

A Rua Miguel Couto, continuação da Irineu Joffily, é uma rua que acolhe alguns estabelecimentos que exigem grandes extensões de espaço, nesta, observamos características inteiramente inerentes à zona periférica. Foi no passado locus das primeiras indústrias de algodão e de armazéns, e num período mais recente, ruas de grande concessionária. Hoje estão instaladas atividades como madeiras, lojas de peças automotivas, estabelecimento educacional, móveis

planejados e algumas pousadas. Nesta rua, praticamente não há mais hibridismo funcional todos os objetos têm funcionalidade pura, seja residencial ou comercial (ver quadro 8).

Quadro 8: Funções da rua Miguel Couto

Função	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
	2011	2011	2015	2015	2020	2020
Residencial	16	34	13	28,2	10	21,7
Edifício Residencial	2	4,2	2	4,3	3	6,5
Comercial	11	23,4	13	28,2	13	28,6
Serviços	9	19,1	12	26	15	32,6
Residencial/Comercial	5	10,6	4	8,6	1	2,1
Serviço/Comercial	2	4,2	0	0	0	0
Formas em desuso	2	4,2	2	4,3	4	8,6
Total	47	100	46	100	46	100

Fonte: ANDRADE, 2020.

A natureza do conteúdo funcional colocado acima é explicada por sua distância do CBD, são atividades que envolvem grandes capitais, mas teriam menor rentabilidade caso se instalassem no core da área central devido ao terreno e mobilidade que exigem. Galpões maiores herdados do período algodoeiro e acessibilidade pelas vias de intenso fluxo representam as condições exigidas pelas novas formas/conteúdo.

5.2.5 Rua Treze de Maio

Paralela à Floriano Peixoto, a rua Treze de Maio, é uma das ruas que refuncionalizou quase que inteiramente seus objetos, a quantidade de formas que abrigam duas funções (especialmente residencial e comercial/serviços) é residual (cerca de 5%), em 2011 era de quase 25% (ver quadro 9), estas ao longo do tempo foram sendo transformadas para atender a demanda de oferta de serviços. Um dos serviços que aparece em grande quantidade, levando a formação de um espaço especializado, é a manipulação farmacêutica, como mostra a fotografia 11, muitas unidades destas farmácias estão dispostas ao longo da rua.

Fotografia 11: Farmácias de Manipulação na rua Treze de Maio



Fonte: ANDRADE, 2020.

Igualmente como ocorre na Rua Afonso Campos há o processo de apropriação simbólica dos objetos pretéritos (imagem 10, p. 62). A imagem 12 mostra uma farmácia de manipulação que em um período anterior era uma residência e foi incorporada à lógica comercial, mas não teve seu aspecto visível alterado, ao contrário, é usado e valorizado como memória de um passado recente e que ganha destaque na paisagem de um espaço modernizado.

Imagem 12: Antiga residência preservada e utilizada pela lógica mercantil.



Fonte: Google Maps, 2015.

Quadro 9: Funções da Treze de Maio

Função	Quant. 2011	% 2011	Quant. 2015	% 2015	Quant. 2020	% 2020
Residencial	20	21,7	18	19,5	16	17,3
Edifício Residencial	4	4,3	4	4,3	4	4,3
Residencial/Comercial	17	18,4	11	11,9	2	2,1
Residencial/Serviços	5	5,4	7	7,6	3	3,2
Comercial	26	28,2	29	31,5	23	25
Serviços	16	17,3	18	19,5	43	46,7
Serviço/Comercial	1	1	1	1	1	1
Formas deterioradas/fechadas	3	3,2	4	4,3	0	0
Total	92	100	92	100	92	100

Fonte: ANDRADE, 2020.

A rua é caracterizada ainda por intenso fluxo de veículos vindos de bairros que estão a oeste/sudoeste do centro e também de cidades que estão na área de influencia da urbe e se interligam a cidade pela BR-104. Apesar de apresentar considerável diversidade em comércio e serviços, o fluxo ocorre muito mais em função de ser caminho para o core, do que mesmo pelos objetos e atividades que a rua acolhe.

5.2.6 Rua Cel. João Lourenço Porto

Paralela à Afonso Campos, é a continuação da Rua Treze de Maio. Embora apresente alto percentual de residências, vem ocorrendo a expansão da função de oferta de serviços, o que implica a redução da cifra residencial. Também é uma artéria que apresenta trechos caraterísticos ao *Core* e ao *Frame*. Devido ao processo de incorporação ao centro de gravidade, observamos grande número de casas à venda (ver imagem 13), para serem em seguida inseridas à logicidade do mercado.

Figura13: incorporação de residências à lógica do mercado.



Fonte: Google Maps, 2015.

Os resquícios do passado, materializados na paisagem, evidenciam uma antiga rua residencial popular, marca esta, visualizada pela dimensão das residências que são estreitas e curtas (ver imagem 14). A dimensão estreita das antigas residências, embora constranja a possibilidade de acolhimento de certos conteúdos funcionais, não foi um empecilho. As novas ações vão dentro de limites tornando-as objetos de oferta de serviços.

Figura 14: Antigas residências populares refuncionalizadas



Fonte: Google Maps, 2015.

Nesta via, a quantidade de resíduos residenciais é maior porque a expansão é um processo recente nesta via. Em campo constatamos que não há transformação radical morfológica ou do aspecto visível dos objetos, assim como o é com o elemento funcional.

Os objetos ainda apresentam aspecto residencial, porém seus conteúdos não o são, por essa razão, é uma rua com grande oferta de serviços, mas que aparenta ser ainda uma rua residencial. Os transeuntes desatentos ou que passam apressadamente não identificam esta natureza, tal fato pode ser verificado na imagem 15 os objetos apresentam funcionalidade em serviços, mas não aparentam.

Imagem 15: Aspecto residencial dos objetos com funcionalidade em serviços



Fonte: ANDRADE, 2020.

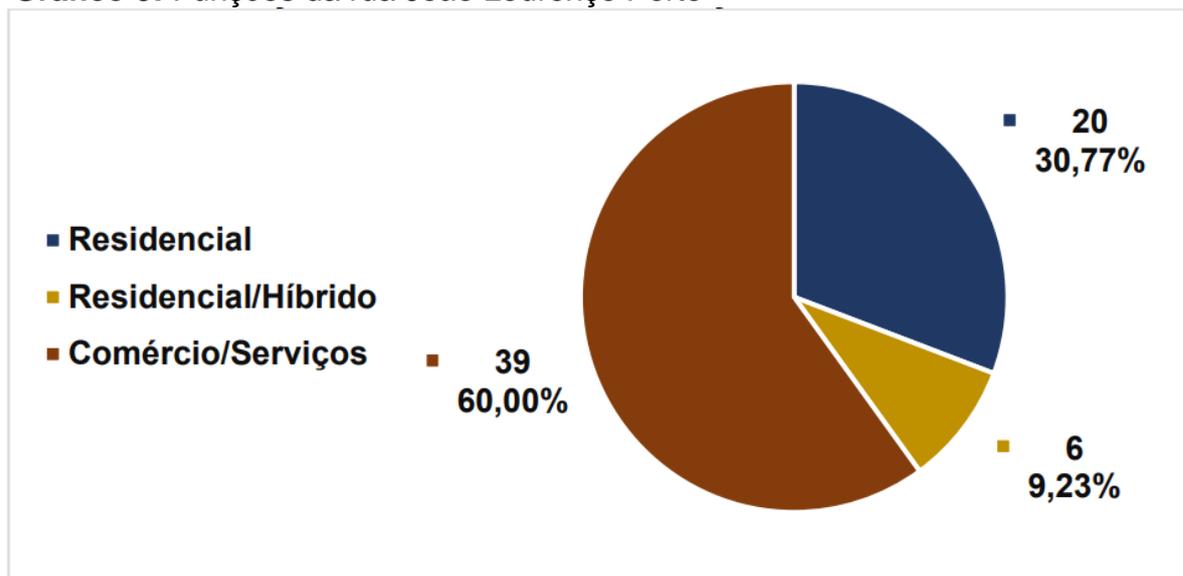
Quadro 10: Funções da Rua Cel. João Lourenço Porto

Função	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
	2011	2011	2015	2015	2020	2020
Residencial	25	38,4	24	36,9	18	27,6
Edifício Residencial	2	3	2	3	2	2,8
Comercial	5	7,6	4	6,1	6	9,2
Serviços	24	36,9	25	38,4	31	47,6
Residencial/Comercial	2	3	3	4,6	3	4,6
Residencial/Serviços	3	4,6	3	4,6	3	4,6

Serviço/Comercial	1	1,5	0	0	2	2,8
Residências fechadas/deterioradas	3	4,6	4	6,1	0	0
Total	65	100	65	100	65	100

Fonte: ANDRADE, 2020.

Gráfico 3: Funções da rua João Lourenço Porto



Fonte: ANDRADE, 2020.

A Rua João L. Porto apresenta, apesar de recente, um rápido processo de metamorfose funcional com elevado percentual de ofertas de serviços (assim como o percentual da Rua Treze de Maio), tais como; clínicas, escritórios de advocacia, cartórios, cursinhos e etc. Estas são os tipos de atividades que de modo mais fácil se adequam às formas preexistentes, qualquer residência, até mesmo as mais de perfil proletário, têm condições corpóreas de acolher estes serviços e pequenos comércios sem ter sua forma alterada.

5.3 A generalização da refuncionalização: o que o quantitativo quer dizer?

A área central é estruturada pela lógica comercial, exclusivamente. Há uma condição relacional, inseparável e dialética entre a reprodução²⁷ no núcleo primaz e o setor terciário. Santos (1985) defende que “produzir é produzir espaço”, a

²⁷ Dizemos reprodução pelo fato de ser uma escrita sobre a outra.

produção espacial de nosso objeto representa momentos específicos do processo produtivo, que são; distribuição, troca e consumo.

Estes momentos específicos à reprodução da área central campinense mediada pelo consumo, não apenas refuncionalizam as ruas centrais, mas também lhes impõem modernizações tecnológicas e novos valores qualitativos. Esta lógica de reprodução espacial, orientada à acumulação, não é própria do lugar, mas sim, uma projeção local da lógica global. Lembremos de Santos (2017) quando afirma categoricamente que as ações são cada vez mais cegas e estranhas ao lugar, porque imposta verticalmente por interesses distantes. E aqui não queremos dizer que o centro de uma cidade média no interior da Paraíba é morfologicamente organizado pela ação diretamente global, mas sim, que, a lógica de mercantilização do espaço pelas forças da acumulação o é, e ocorre também em nosso objeto de estudo porque essa é a especificidade do terceiro mundo²⁸ – a imposição de ações estranhas – e que essa lógica de produção global implica formas de produzir e organizar os lugares.

Neste sentido, a expansão da área central representa, no espaço presente, a expansão do consumo e do processo de acumulação. A produção do espaço é posta em movimento em função da lógica do sistema econômico que transforma os elementos do espaço em mercadoria, é esta a natureza dos objetos e ações no core e frame; uma natureza (essência) que é mercantilizada. Se no período algodoeiro as formas comerciais e os armazéns foram construídos com fins estritamente mercadológicos, a totalidade de nosso tempo incorpora os objetos não comerciais à esfera do consumo aumentando a dispersão/concentração dos fluxos. E isso se explica pela emergência do meio geográfico que é produzido hoje

onde a existência generalizada da propriedade privada reorienta e organiza o uso do lugar. O espaço-mercadoria se propõe para a sociedade enquanto valor de troca destituindo-se de seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social (CARLOS, 2018, p. 67).

Para Pádua (2018, p. 48), a generalização do espaço como mercadoria é um processo que se expressa

²⁸ “Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função dos interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial” (SANTOS, 2004, p. 20).

no arrasamento das formas e conteúdos de outros tempos e no avanço de determinadas formas de uso do espaço, mediadas não mais fundamentalmente pelas necessidades da reprodução da vida dos moradores da cidade, mas pelas necessidades da reprodução da vida econômica que cada vez mais dominam e totalizam a reprodução da vida.

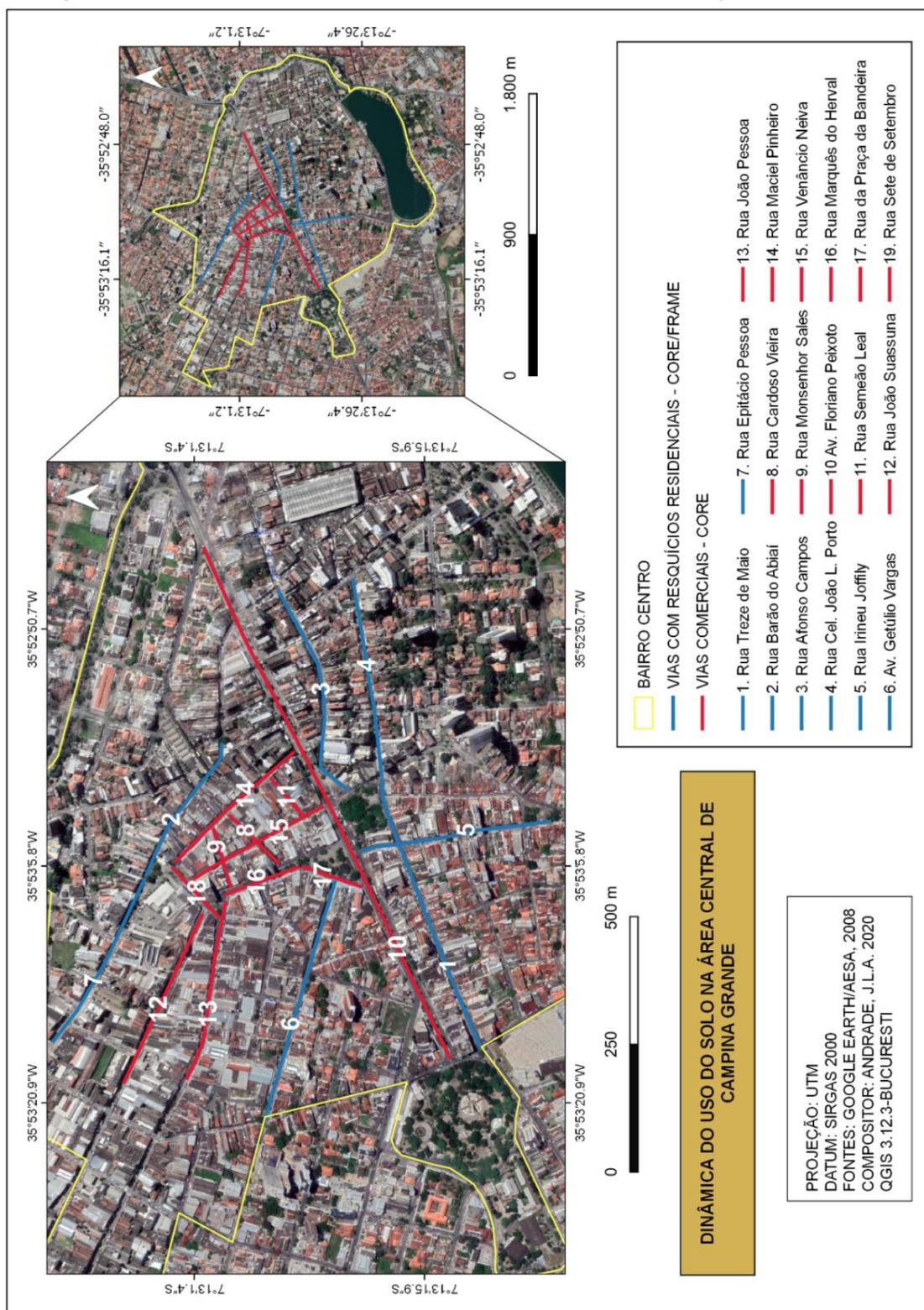
Se em um primeiro momento a atividade comercial e o consumo foram fatos do surgimento de objetos comerciais, no movimento presente, é o consumo de atividades comerciais e de serviços que passa a condicionar a incorporar e reorganizar os objetos.

Partindo da realidade concreta há uma relação entre centro, centralidade e expansão do CBD – condicionada pela produção material e pelas lógicas do correr da história –, o sistema de ações dotado de propósitos produz e acumula fixos, estes configuram as condições para que haja concentração e dispersão fluidez, por sua vez, a fluidificação vai sendo tornada mais densa, são criadas lógicas de estímulos a investimentos e instalações de novos fixos ou, à sua refuncionalização. Este movimento reforça a centralidade do centro e faz com que ele se expanda.

Tendo como pressuposto a afirmação/fortalecimento atual da centralidade da área central para nossas observações e reflexões, constatamos que existem dois fatos singulares, o primeiro é que as projeções espaciais (ver mapa 2) do *core* e do *frame* não se dão em círculos concêntricos, mas sim, em linhas (ruas) onde as vias são caracterizadas por utilização diferencial do solo, evidenciando um acolhimento distinto para cada capital fixo e o movimento que ele produz.

No mapa 2, as artérias em Vermelho; Rua Marquês do Herval, R. Venâncio Neiva, R. Maciel Pinheiro, R. João Pessoa, R. Sete de Setembro, R. Cardoso Vieira, R. Monsenhor Sales, R. Semeão Leal compõem a maior expressão comercial e concorrencial do centro da cidade, são assim, o seu *Central Business District*. Anterior à reforma de 1940, estas ruas que hoje são tipicamente comerciais foram, num passado recente, também residenciais formando um subespaço híbrido. Em função do tempo e das economias de aglomeração a função residencial foi sendo empurrada para a periferia do centro ou para bairros próximos dotados de amenidades. As artérias em azul representam artérias que ainda apresentam resquícios residenciais, estas são caracterizadas pelos usos semi-intensivo e intensivo, portanto; Core e Frame.

Mapa 2: Dinâmica do uso do solo na área central de Campina Grande-PB



Fonte: ANDRADE, novembro de 2020.

O processo de refuncionalização por ocorrer de modo generalizado se traduz na alteração do valor sistêmico da totalidade da área central, contudo, tal processo apesar de intenso não ocorre de modo abrupto. Cada rua investigada, sendo

expressão da dialética entre objetos e agentes produtores é dotada de especificidades no que se refere a quantidade e qualidade das transformações. Estas transformações podem ser classificadas em três fases:

- O estágio inicial é a transformação funcional, o espaço é então reorganizado pela mudança nos fluxos em função das atividades que passa a oferecer, porém não há alteração morfológica. Nesta fase os objetos antes residenciais, acolhem de forma restrita²⁹ conteúdos comerciais e em grande cifra, atividades de oferta de serviços pelo fato de maior possibilidade de acolhimento, além disso, a diversidade de conteúdos tem durabilidade variável e instável. Assim, serviços como barbearias, lojas de informática, escritórios, pequenos comércios etc., são instalados em formas com capacidade necessária ao seu acolhimento e apresentam duração volátil. O aspecto ainda majoritariamente residencial escamoteia o conflito interno entre as funções e as pequenas alterações quantitativas, nesta condição há grande cifra de objetos híbridos e maior percentual mercadológico. Apesar da alteração da natureza da rua esta ainda aparenta apresentar uso residencial do solo.
- A fase subsequente é caracterizada pela transformação não apenas da natureza, mas também da forma dos objetos, estes adquirem pela lógica mercadológica a possibilidade de acolher maior conjunto de conteúdo e expandem a possibilidade de acolhimento da função comercial. Nessa fase há a aproximação entre aparência e essência, porém, é ainda uma área opaca do ponto de vista da aparência e simbolismos mercadológicos.
- A última fase ocorre quando a rua, tendo sua natureza funcional metamorfoseada, são criadas especializações funcionais e os objetos formam uma coesão, nesta fase a quantidade de residências é residual e está em vias de serem incorporadas ao uso comercial. As ruas vão sendo tornadas cada vez mais estranhas ao habitar e mais comerciais, as ações orientadas pela generalização da mercadoria juntamente com a hipertelia da quase totalidade

²⁹ Afirmamos “de forma restrita” porque os objetos residenciais populares ocupam pequenos terrenos e por isso nem toda atividade comercial ou de serviços poderá se instalar em uma casa, pois sua dimensão econômica extrapolaria os curtos limites morfológicos.

dos objetos impõem a transformação do uso do solo nos poucos objetos residuais caracterizados pela função residencial.

Há nesta generalização da refuncionalização das ruas estudadas duas questões estruturantes, a primeira é o interesse particular de cada proprietário em lucrar com a venda ou aluguel dos imóveis, já que o valor dos objetos neste recorte é elevado em função da realização do sistema de ações voltado ao mercado. Pensando o processo, a venda de uma residência para torna-la comércio está além de uma simples negociação, representa no plano econômico e espacial a lógica da acumulação que ganha cada vez mais força na cidade contemporânea, tornando o próprio espaço uma mercadoria, desse modo, a lógica mercadológica redefine os lugares do morar e de comercializar.

Por outro lado, há um fato decorrente do processo de refuncionalização dos objetos – porque a precedência do processo é da ação e não do objeto – que se traduz em uma linha de força criada no espaço através destas sucessivas refuncionalizações. Logo, a forma como os objetos estão sendo utilizados e dispostos na malha urbana condiciona a incorporação de outros, isto explica o porquê de pouco a pouco os objetos residenciais serem transformados em comerciais, pois, cada nova refuncionalização é viabilizada pela lógica do todo. Assim, o espaço é sempre renovado, reorganizado e reescrito pelo movimento da sociedade em dado recorte que imprime nos objetos novas temporalidades, usos e funções. Estas ações acabam por se darem conjuntamente e criam uma condição geral e hegemônica que é a expansão dos objetos mercadológicos.

A segunda questão é a produção de um duplo processo em relação à centralidade, processos estes que não são mutuamente excludentes, mas sim complementares. Trata-se do fato de haver, paralelo à expansão do núcleo central, um processo de descentralização que cria novas expressões de centralidade fora da área central.

A reprodução da área central é viabilizada pelas implicações das modernizações tecnológicas características dos países periféricos, trechos da área central; ruas do CBD são produzidas por capitais intensivos regionais e/ou nacionais – redes de supermercados, eletroeletrônicos e de vestuários. A expansão do centro e conseqüentemente potencialização da centralidade ocorre hoje nas vias em direção ao frame pelo uso de capital não intensivo, por atividades e bens de

consumo voltados ao consumo popular como; restaurantes, salões de beleza, pequenos escritórios de advocacia, lojas de importados, serviços odontológicos, lojas de vestuários e etc. Estas atividades se afirmam em objetos de pequeno porte, anteriormente residenciais e estão à margem do circuito superior e mais próximas ao circuito inferior, porém não se inserem inteiramente nele.

Entendemos que esta estruturação é produto da difusão generalizada da informação e do consumo que, da totalidade ao lugar, incidem diretamente em uma cidade média com ampla área de influência. Desse modo, a modernização informacional do território orientada pela necessidade de expansão do consumo produz alterações morfológicas e funcionais na cidade, estes novos vetores estão expressos na expansão do centro de Campina Grande bem como no surgimento de novas áreas de centralidade.

O consumo expandiu premeditadamente e foi preciso reorganizar o espaço para comportar a nova realidade. A refuncionalização e, portanto, a reorganização espacial da área central atende às necessidades das ações hegemônicas, isto quer dizer, do mercado. Tal metamorfose é viabilizada pela instalação do meio geográfico informacional. Se o processo de centralização foi empreendido pela instalação de objetos técnicos, sua reorganização hoje se dá pela adequação de ações cada vez mais fluidas e ligadas a uma lógica de produção global – naquilo que Santos (1997) coloca como mais-valia universal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo genérico, esta pesquisa possibilitou, dentro de um conjunto de limites e caminhos, o alcance dos objetivos propostos. O caminho para a busca das repostas e dos objetivos foi orientado pelo pressuposto de que a lógica da reprodução espacial é orientada por um sistema de ações que hoje se afirma pela expansão do consumo.

Apesar da dificuldade de apreensão do objeto em seu movimento, foi possível operacionalizar alguns dos conceitos geográficos, especialmente os propostos pelo professor Milton Santos, conceitos estes que muito ajudam no entendimento da realidade geográfica e aqui reafirmamos a importância da pesquisa para a compreensão da reprodução espacial e da sociedade.

Voltemos aos problemas que orientaram nosso trabalho para responder em síntese as reflexões que construímos. Ao indagarmos se a dinâmica de utilização do solo do C.B.D. e de sua zona periférica na cidade de Campina Grande no período de 2011 a 2019 promoveu a cristalização ou a expansão da área central? Entendemos que, não há a formação de limites rígidos/cristalizados da área central, mas sim uma consolidação que ocorreu pelo desenvolvimento e peso da formação social da cidade, por outro lado esta consolidação não é estática, e seu movimento se traduz na expansão dos objetos e atividades tipicamente centrais pelas vias analisadas. Esta reprodução expressa claramente a chamada acumulação desigual de tempos e a sucessão e superposição das práticas socioespaciais.

Também levantamos algumas questões secundária tais como; *a) se há expansão da área central, esta é apenas da zona periférica ou também do core? b) por quais vias/eixos o centro está se espraiando? c) O centro se expande pela linha de força do espaço? d) os processos de centralização e de refuncionalização são produto da evolução do estado técnico no território?* cujas respostas tentamos encontrar ao longo do trabalho e aqui reafirmamos de modo sintético. Chegamos à conclusão que:

- a) o CBD está de fato saturado, todas as ruas que o compõem são utilizadas em grau máximo de intensidade. A expansão ocorre pelas vias do frame sendo que, via de regra, estas vias que ainda resguardam residências se caracterizam por uso mais intensivo próximo ao centro de gravidade e uso semi ou intensivo à medida que se distanciam do CBD.

- b) A extrapolação imediata da preexistente área central é viabilizada pela força do comércio popular e se espraia, de fato, pelas ruas propostas a serem estudadas no início deste trabalho – Barão do Abiaí, Epitácio Pessoa, Getúlio Vargas, Afonso Campos, Irineu Joffily, Miguel Couto, Treze de Maio e João Lourenço Porto – contudo, estas vias foram escolhidas para o estudo por uma primeira percepção e não implica dizer que a expansão é estruturada apenas nestas ruas mas sim, que nelas o fenômeno é mais fortemente percebido.
- c) Ao indagarmos se *O centro se expande pela linha de força do espaço?* afirmamos que sim, mas de maneira parcial, concluimos a partir de Milton Santos que essa linha de força é estruturada pelo modo como os objetos são dispostos e utilizados criando um valor sistêmico que engendra certa seletividade dos conteúdos, funções e objetos que poderão ser incorporados às ruas, porém, não tratamos aqui de um determinismo do espaço até porque a precedência dos processos vem do sistema de ações, contudo, o espaço não é apenas um fato social ele é também fator e adquire certa autonomia.
- d) À época em que formulamos a questão “d”, sobre se *os processos de centralização e de refuncionalização são produto da evolução do estado técnico no território?* tínhamos uma visão mais horizontalizada da teoria miltoniana, hoje vemos tal questão com mais clareza e podemos afirmar que sim, as mudanças espaciais são produto do estado das técnicas de cada período e lugar, e, a técnica é instrumento condicionante da hipertermia funcional dos objetos, assim sistemas técnicos de complexidades diferentes e distintos estados de modernização consolidaram a área central e hoje a refuncionaliza.

Nossas problemáticas contribuíram para que formulássemos as seguintes hipóteses que nortearam nossa pesquisa. São elas; a) *O CBD está totalmente saturado pelo uso comercial do solo;* b) *O centro está se expandindo territorialmente pela periferia imediata;* c) *A expansão da malha urbana conduz a transformações funcionais no núcleo central;* d) *O padrão monocêntrico da cidade de Campina Grande viabiliza a vivacidade da área central.*

A primeira e segunda hipóteses foram confirmadas, mas as hipóteses “c” e “d” merecem explicação. A partir da pesquisa chegamos à conclusão de que o que conduz as transformações funcionais hoje é uma questão maior que o crescimento corpóreo da cidade, embora ele influencie. A questão maior que falamos é a afirmação de uma sociedade do consumo onde a expansão da área central é na verdade uma expressão territorial – bem como o seu desdobramento em eixos pela cidade – do aumento do consumo. Nesse sentido o centro acaba exercendo influência na expansão da cidade ao desdobrar-se para outros bairros. Por fim não é o padrão monocêntrico que produz tal vivacidade, mas sim a oferta em grande medida de bens e serviços destinados à camada popular.

As leituras que fizemos juntamente com trabalho empírico possibilitaram alcançar os objetivos propostos, mas um objetivo específico merece esclarecimento. se trata do objetivo de *identificar as áreas residenciais que estão passando por processo de requalificação funcional*. Todas as ruas que estudamos não eram mais majoritariamente áreas residenciais, ao contrário do que pensávamos, nestas haviam apenas resquícios da função residencial que chegavam no máximo a cifra de 30% e isto implica dizer que o processo foi posto em movimento em um período anterior ao nosso recorte temporal. A questão que se coloca é a variação do grau de generalização das funções comerciais e de serviços, assim, algumas vias são mais ou menos estranhas ao habitar que outras.

Por fim, para (não) concluirmos, não basta pensar o espaço como uma condição relacional, inseparável e dialética entre objetos e ação dos homens. Esta proposta é genérica e deve ser tomada como pressuposto, o nosso trabalho consiste em, a partir de tal orientação, entender a natureza dos objetos e a lógica da ação da sociedade em determinado recorte espaço/temporal. A realidade que nos debruçamos se caracteriza por um conjunto formas que, consideradas em sua totalidade, sofreram o processo de alteração de sua função adrede e, como resultado o valor sistêmico total foi qualitativamente transformado, pela passagem da quantidade à qualidade. A essência do objeto estudado se traduz nas três fazes apreendidas que representam fases distintas da metamorfose funcional, morfológica e simbólica.

Também é necessário lembrar que nós não esgotamos o temário sobre a refuncionalização e sobre a reprodução do espaço que ocorre no centro do processo de generalização da lógica mercadológica. Ao contrário, este foi um estudo inicial,

um ponto de partida para reflexões mais aprofundadas onde muito ainda precisa ser dito. Outros caminhos possíveis para o aprofundamento do temário proposto são: a) Investigar a natureza dos objetos e atividades da área central, tendo como base os circuitos da economia urbana; b) investigar a dinâmica comercial dos becos rugosos do centro; c) Analisar a formação das novas áreas de centralidade no espaço urbano campinense; b) investigar as lógicas de mercantilização, valorização e fragmentação do espaço urbano campinense.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. 147 p.

_____. Sobre a Memória das Cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017. Cap. 2. p. 19-41.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva). **Terra Livre AGB**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 23-78, jul. 1992. Geografia, Espaço & Memória.

BLOG, **Retalhos Históricos de Campina Grande**. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2019/03/memoria-fotografica-foto-de-grande-na.html#.X68LU3RKjIU>. Acesso em Junho de 2020.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Caravela, 1988, 164 p.

_____. **Os Alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado à vila (1697 – 1864)**. Campina Grande: Caravela, 1999, 124 p.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, São Paulo, v. 4, n. 25, p. 415-453, dez. 1963.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da organização à produção do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 3. p. 63-81.

CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Espaço: um conceito chave da geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985. Cap. 1. p. 15-49.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geousp**, São Paulo, v. 30, n. 5, p. 05-12, out. 2011.

_____. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. Posição geográfica de cidades. **Cidades**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 317-323, dez. 2004. (Discutindo conceitos).

_____. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jun. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 95 p. (Série Princípios).

COSTA, Antônio Albuquerque. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional**: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE: Recife, 2003.

FRANÇA, João Paulo. **Cidade e Imagens**: crônicas visuais das ruas de campina grande-pb (1900-1950). 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João; RABAY, Glória. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999. 73 p.

IBGE, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/historico>. Acesso em Março de 2020.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. 87 p. (Coleção Primeiros Passos).

MAIA, Doralice Sátyro. As ruas da cidade tradicional: a morfologia do centro de uma cidade média - Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 19, n. 3, p. 791-804, dez. 2009.

MAIA, Doralice Sátyro; SILVA, William Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da Rainha da Borborema**: uma história social da escravidão em Campina Grande-século XIX. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PADUA, Rafael Faleiros de. Pensando a noção de prática sócioespacial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **Geografia urbana crítica**: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 2. p. 35-53. (Coleção Metageografia).

SÁ, Maria Braga de. **Algumas considerações sobre o papel de Campina Grande na rede urbana paraibana**. Campina Grande: UFPB, 1986.

SANTOS, Milton. A forma e o tempo: a história da cidade e do urbano. In: SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. Cap. 6. p. 68-73.

_____. A Urbanização Pretérita. In: SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. Cap. 2. p. 17-29.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017. 384 p.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Hucitec, 1985. 88 p.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teóricos metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 120 p.

_____. **Por uma Geografia Nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 285 p.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no nordeste do brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 61-92, out. 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Substrato espacial material. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. Cap. 3. p. 63-77.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. **Estruturação urbana e centralidade.** In: Encuentro de geógrafos de américa latina, 3, 1991. Anais. Toluca/méxico. v. 1. p. 44-55.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas:** análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana. 2011. 576 f. Tese (Doutorado) – Curso de Desenvolvimento Urbano, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VILLAÇA, Flávio. Os processos espaciais de conurbação. In: VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Fapesp, 1998. Cap. 3. p. 49-111.